



UFPB

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA
NÍVEL GRADUAÇÃO**

LARISSA ROSANNY DA SILVA OLIVEIRA

**ARQUIVOLOGIA E RELAÇÕES DE GÊNERO: Memória do Centro de Referência da
Mulher Ednalva Bezerra por meio do Arquivo Fotográfico**

**JOÃO PESSOA – PB
2015**

LARISSA ROSANNY DA SILVA OLIVEIRA

**ARQUIVOLOGIA E RELAÇÕES DE GÊNERO: Memória do Centro de Referência da
Mulher Ednalva Bezerra por meio do Arquivo Fotográfico**

Monografia de Graduação de Conclusão de
Curso apresentado ao curso de Graduação em
Arquivologia da Universidade Federal da
Paraíba, em cumprimento às exigências para
requisito a obtenção do título.

Orientadora: Profa. Dra. – Gisele Rocha Cortes

**JOÃO PESSOA – PB
2015**

O48a Oliveira, Larissa Rosanny da Silva.

Arquivologia e relações de gênero: memória do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra por meio do arquivo fotográfico / Larissa Rosanny da Silva Oliveira. – João Pessoa: UFPB, 2015.
33f. : il.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Gisele Rocha Cortes.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – UFPB/CCSA.

1. Acervo fotográfico. 2. Arquivo - Memória e gênero. 3. Feminismo. 4. Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU: 930.25:77.03(043.2)

**ARQUIVOLOGIA E RELAÇÕES DE GÊNERO: Memória do Centro de Referência da
Mulher Ednalva Bezerra por meio do Arquivo Fotográfico**

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Gisele Rocha Cortes (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba-UFPB

Prof. Me. Julianne Teixeira e Silva
Universidade Federal do Paraíba - UFPB

Prof. Me. Maria Meriane Vieira da Rocha
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Dedico aos meus pais, Jonas Barbosa de Oliveira e Maria Helena da Silva Oliveira, por toda dedicação e esforço que fizeram para que eu conquistasse essa etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela força, por me guiar e por ajudar em todos os momentos da minha vida.

Agradeço aos meus pais, Jonas e Helena por estarem sempre ao meu lado, independentemente da situação, por toda dedicação e por me mostrarem o caminho certo a seguir.

À minha irmã Rose, que sempre torceu para que eu conseguisse concluir essa etapa da minha vida.

Aos meus familiares, em especial Tia Kelly pelo seu imenso apoio e incentivo que me fornece para completar a jornada acadêmica e para que eu seja uma profissional de sucesso.

Aos meus amigos, em especial aqueles que sempre estiveram ao meu lado durante toda a trajetória do curso, que dividiram as alegrias, as tristezas, as cômicas histórias cotidianas. Thayza, Tamires e Smaley foram os melhores companheiros/as de sala e que levarei para o resto da minha vida.

Agradeço também a Adriana e Débora por me aturarem nos momentos de estresse, me tranquilizando e a todos/as aqueles que acompanharam minha caminhada e me ajudaram a chegar até esse momento.

A coordenadora do CRMEB Liliane de Oliveira, por ter me permitido executar a pesquisa e o desenvolvimento do estudo de caso no acervo fotográfico da instituição.

Aos meus professores/as, em especial a Prof^o Dra. Gisele Rocha Cortes pela colaboração na construção deste trabalho.

Agradeço as professoras Me. Maria Meriane Vieira da Rocha e Me. Julianne Teixeira e Silva por terem aceitado prontamente a participar da banca e colaborar com a pesquisa.

“A memória é a consciência inserida no tempo”.
(Fernando Pessoa)

LISTA DE FOTOGRAFIAS E IMAGEM

Foto 01 e 02: Inauguração do CRM

Foto 03: Inauguração da sede própria

Foto 4: Recepção

Foto 5: Brinquedoteca

Foto 06: Salas de Atendimento Psicologia e Direito

Foto 07: Espaço para as funcionárias

Foto 08: Cartazes e panfletos

Foto 09: Oficina sobre a Lei Maria a Penha, em 2007

Foto 10: Oficina no curso de jurista popular

Foto 11: Palestra na Infraero

Foto 12: Reunião externa em uma comunidade no bairro de Cruz das Armas

Foto 13: Oficina sobre Violência Contra a Mulher com as usuárias

Foto 14: Aula de alfabetização de usuária

Foto 15: Aniversário de 3 anos do CRMEB

Foto 16: Ato público pelo fim da violência contra mulher

Foto 17: Feira de Mulheres Artesãs

Foto 18: Mulheres em Marcha Pelo Fim da Violência

Foto 19: Ação de panfletagem na CBTU

Foto 20: Semana Acadêmica de Arquivologia na UFPB

Foto 21: Entrevista na CBN

Foto 22: Sessão Especial na Assembleia Legislativa

Foto 23: Oficinas de beleza, artesanato e vivência

Foto 24: Visita dos Promotores de Justiça

Foto 25: Assinatura da Lei Reparadora

Foto 26: Aula de Yoga na praia

Foto 27: Participação do curso de Capacitação da Guarda Municipal

Foto 28: Seminário sobre Violência Contra Mulher

Foto 29: Feira de Mulheres Empreendedoras

Foto 30: Lançamento do Sistema Atende Mulher

Foto 31: Siga Bem Mulher

Foto 32: Curso de Capacitação para Defensores Públicos

Foto 33: Campanha "4 anos reescrevendo novas histórias"

Foto 34: Campanha pela Paz

Foto 35: Campanha JP Sem Machismo

Foto 36: Campanha Carnaval Brinque na Paz

Foto 37: Campanha Arrasta Pé Com Respeito

Imagem 01: Organização das Fotografias

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Total de atendimentos presenciais por ano

Tabela 02: Total de pastas e fotografias existentes por ano

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CNDM Conselho Nacional da Condição da Mulher

CFEMEA Centro Feminista de Estudos e Assessoria

CRM Centro de Referência da Mulher

CRMEB Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra

CM8MAR Centro da Mulher 8 de Março

CVLI Crimes Violentos Letais Intencionais

CBTU Companhia Brasileira de Transporte Urbanos

CBN Central Brasileira de Notícia

DEAM Delegacias Especializadas de Atendimento as Mulheres

OEА Organização dos Estados Americanos

PNPM Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

SENAC Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SIM Sistema de Informação de Mortalidade

SPM Secretária Especial de Políticas para as Mulheres

SPPM Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo geral organizar o arquivo para a preservação/conservação e divulgação da memória do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB) por meio do acervo fotográfico. Os objetivos específicos foram: identificar a existência do acervo fotográfico e sua organicidade; organizar as fotografias e facilitar o acesso e a recuperação das informações por meio da organização do acervo e divulgar as ações dinamizadas pelo órgão para o enfrentamento a violência contra as mulheres. Os acervos dos Centros de Referência da Mulher (CRM), Organizações Não Governamentais (ONGs), as Redes de Atendimento a Mulher, entre outros, resgatam a memória sobre o movimento feminista e os direitos das mulheres. Utilizou-se a abordagem qualitativa e a pesquisa exploratória e descritiva para trabalhar com o arquivo fotográfico do CRMEB, buscando mostrar a importância das imagens registradas para a construção e recuperação da memória das usuárias e das profissionais da equipe. Foram analisadas as fotografias existentes no acervo e as mesmas organizadas por evento e ano. O arquivo fotográfico é um elemento importante para na preservação da memória, pois suas imagens evidenciam a trajetória do órgão, da equipe e das usuárias.

Palavras-chave: Acervo Fotográfico. Arquivo. Memória. Feminismo. Centro de Referência da Mulher. Gênero.

ABSTRACT

The present work had as general objective to organize the archive for the preservation/conservation and dissemination of the memory of the reference center of Trich Woman Baloch (CRMEB) through the photographic collection. The specific objectives were: to identify the existence of photographic collection and its organicity; organize your photos and easy access and retrieval of information through the Organization of the acquis and disclose the actions performed by the body to fight violence against women. The holdings of reference centres for women (CRM), non-governmental Organizations (NGOs), the woman Care networks, among others, rescue the memory about the feminist movement and women's rights. We used a qualitative approach and exploratory and descriptive research to work with the photographic archive of CRMEB, seeking to show the importance of the images recorded to the construction and recovery of the memory of the users and the professionals of the team. They analyzed the photos on the acquis and the same organized by event and year. The photographic archive is an important element in preserving the memory, because their images show the trajectory of the body, the team and the users.

Keywords: Photographic Collection. File. Memory. Feminism. Women's Reference Center . Genus.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 2. ARQUIVO E ARQUIVO ESPECIAL..... | 15 |
| 2.1 Arquivo e Memória..... | 18 |
| 2.2. Memória e Fotografia..... | 20 |
| 2.2.1 Fotografia Preservando a Memória..... | 23 |
| 3. MEMÓRIA, FOTOGRAFIA E MULHERES..... | 29 |
| 4. FEMINISMO E GÊNERO..... | 32 |
| 5. CAMPO DE PESQUISA - CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER EDNALVA BEZERRA..... | 41 |
| 6. METODOLOGIA..... | 45 |
| 6.1 O ACERVO ICONÓGRAFICO DO CRMEB: organizando e disseminando informação..... | 47 |
| 6.1.1 Atividades Promovidas Pelo CRMEB..... | 51 |
| 6.1.2 Organização do Acervo..... | 64 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 67 |
| REFERÊNCIAS..... | 69 |
| APÊNDICE A..... | 75 |

INTRODUÇÃO

Um arquivo fotográfico pode proporcionar aos usuários/as a construção e/ou recuperação da memória de uma instituição e/ou determinada região com riqueza de detalhes, pois a fotografia traz em suas imagens registros do passado que tornam possível conhecer a história, observar as mudanças ocorridas e resgatam a lembrança dos fatos que marcaram uma instituição e/ou a população local.

Por meio do acervo fotográfico do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB), torna-se possível construir a memória da instituição, pois as fotografias trazem recortes do passado com detalhes dos acontecimentos que marcaram sua trajetória, tais como, eventos e trabalhos promovidos no intuito de atender as mulheres em situação de violência.

O arquivo é um local funcional de recepção de documentos produzidos por pessoa física e/ou jurídica, tendo valor administrativo, cultural e/ou histórico, onde os documentos passam por uma classificação e são destinados a sua guarda ou eliminação, ficam disponíveis para o acesso do/a usuário/a quando necessário. De acordo com Paes (2004, p.16) os arquivos "constituem a base fundamental para o conhecimento da história".

Os documentos que estão no arquivo necessitam receber todos os procedimentos necessários de acordo com sua tipologia e suporte, visando à conservação e a preservação, para que o ciclo de vida seja maior e que o acesso atenda as necessidades dos/as usuários/as. O arquivo pode ser formado por conjuntos de documentos - como fotografias, cartas, papéis impressos e/ou manuscritos, microfilmes, CDs, disquetes, entre outros.

Os arquivos cujo acervo é composto por várias espécies e suportes documentais são chamados de arquivos especiais, pois cada suporte recebe uma atenção especial, ou seja, diferenciada e cada um deles necessitam receber tratamento específico de acordo com as características do tipo físico do documento. Encontram-se nos arquivos especiais documentos como: fotografias, microfilmes, filmes, recortes de jornais, CDs, fitas magnéticas, discos, entre outros.

O arquivo é o local onde, em geral, está centrada a maior parte da fonte de informação de uma instituição e/ou de uma organização. Cada documento independente do seu suporte traz a história em seus registros, tornando a memória materializada.

De acordo Rousseau e Couture (1998, p. 34)

A memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda e qualquer atividade humana: a existência de um grupo social seria

impossível sem o registro da memória, ou seja, sem arquivos, a própria vida não existiria, pelo menos sob a forma que conhecemos.

A memória torna-se um elemento fundamental para a construção da sociedade como um todo e da identidade cultural e/ou administrativa de uma instituição e/ou organização, uma vez que conhecer bem a história é entender os princípios e valores que foram construídos no decorrer do tempo, conservando a memória e tornando-a viva através do seu acervo.

Os acervos dos órgãos de atendimento às mulheres em situação de violência, a exemplo de Centros de Referência da Mulher (CRM), as Organizações Não-Governamentais (ONGs), as Delegacias Especializadas de Atendimento as Mulheres (DEAMs), entre outros, trazem o resgate da memória sobre os movimentos feministas, retratando por meio de seus documentos e fotografias a história da militância das mulheres na luta por cidadania e direitos.

De acordo com Bandeira e Melo (2010, p. 7) "O movimento feminista nasceu das lutas coletivas das mulheres contra o sexismo, contra as condições de aversão e inferiorização do feminino, transformadas em práticas rotineiras de subordinação das mulheres." Foi por meio desse movimento que as mulheres obtiveram conquistas importantes no decorrer dos anos, tais como o direito ao voto, o acesso à educação, a criação de núcleos de estudos nas universidades e o reconhecimento dos estudos de gênero como categoria metodológica analítica e a implantação de estruturas de apoio às mulheres em situação de violência .

Foi com base nas reivindicações do movimento feminista que surgiram os órgãos de atendimento às mulheres, como as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, os Centros de Referências da Mulher (CRM) e as Organizações Não Governamentais (ONGs). Esses órgãos atuam no sentido de operar transformações sociais por meio de participações em ações políticas, protestos, reivindicações, luta pela superação da desigualdade de gênero, classe, raça e orientação sexual. De acordo com Borsari e Cassab (2010, p. 55) "Os movimentos feministas assumem um caráter institucional, focalizando atividades políticas, voltadas às mais diversas necessidades da mulher, dentre elas o enfrentamento à violência cometida contra a mulher no âmbito familiar e/ou doméstico".

Uma conquista importante para as mulheres através das lutas feministas foi a implantação dos Centros de Referência da Mulher (CRM), criados com o intuito de prestar atendimento psicossocial e jurídico as mulheres que sofreram ou sofrem algum tipo de violência, seja ela física, sexual, moral, patrimonial e/ou psicológica.

Os Centros de Referência da Mulher (CRM) estão articulados com a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, criada pelo Governo Federal, dividida em setores como Saúde, Justiça, Segurança Pública e Assistência Social (BRASIL, 2011). "O primeiro órgão implantado, no país, com essas características foi a Casa Eliane de Grammont/SP, criada em 9 de março de 1990. Em 2002, existiam apenas 17 centros de referência em âmbito nacional." (SILVEIRA 2006, p. 45).

Em João Pessoa na Paraíba, foi implantado o Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB) em 2007¹, o mesmo presta homenagem a Ednalva Bezerra militante do movimento feminista, sindicalista que dedicou a vida pela igualdade de mulheres e homens na sociedade. É formado por uma equipe de profissionais de diversas áreas preparadas para oferecer atendimento e orientações importantes as mulheres em situação de violência, oferece serviços de atendimento social, psicológico, jurídico e de arte-educação, visando suprir as necessidades de cada mulher que procura o local.

O presente estudo focou-se na organização das fotografias e divulgação da memória do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB), por meio do arquivo fotográfico, trazendo as usuárias, a gestão do órgão e ao movimento feminista parte da sua história por meio do acervo iconográfico, onde estão localizadas as fotos da trajetória do órgão. Desde sua fundação até os dias atuais, o mesmo acumulou um considerável volume de massa documental, onde se pode encontrar documentos de diversos tipos, tais como os bibliográficos, iconográficos (fotografias), filmográficos e mídias eletrônicas.

Divulgar a memória do CRMEB as usuárias é tornar a história e os valores mais vivos, pois através das fotografias os indivíduos podem fazer uma viagem ao passado, conhecer e acompanhar o desenvolvimento e os trabalhos desenvolvidos por meio da percepção visual.

Diante destas considerações, o objetivo geral desta pesquisa assim se configura: Organizar o arquivo para a preservação/conservação e divulgação da memória do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB) por meio do acervo iconográfico, transmitindo as usuárias, a equipe técnica e ao movimento feminista a história através de suas fotografias. Especificamente pretendemos: Identificar a existência do acervo fotográfico e sua organicidade; organizar as fotografias e facilitar o acesso e a recuperação das informações por

¹ Fonte: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/seppm/centro-de-referencia-da-mulher/>

meio da organização do acervo e divulgar as ações dinamizadas pelo órgão para o enfrentamento à violência contra as mulheres.

Justifica-se essa pesquisa a importância da organização das informações e o arquivamento correto dos documentos fotográficos em uma organização para a preservação da memória, assim agregando um valor inquestionável, facilitando a recuperação do documento (fotografia), tornando o trabalho da equipe mais eficiente, rápido e atendendo as necessidades informacionais das gestoras e usuárias do CRMEB. É importante frisar a carência de pesquisas a respeito do tema em estudo, pois na pesquisa realizada na Base de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) não foi encontrado nenhum artigo que associasse a Arquivologia com Violência contra as Mulheres.

Por meio das imagens que foram capturadas, as usuárias, a gestão do centro e a comunidade em geral podem recordar acontecimentos passados que constroem sentidos diferentes, contribuindo para a atualização da memória. “Logo, seu valor como documento e a importância de sua presença nos arquivos é atualmente inquestionável” (MARCONDES, 2011, p. 1).

Quando é abordada a questão da divulgação da memória de uma determinada instituição por meio do seu arquivo, é necessário pensar na melhor forma de como as informações chegarão às pessoas envolvidas. É importante que haja uma organização documental no arquivo, pois se deve filtrar as informações que são recebidas e transmitidas para que o/a mesmo/a possa suprir as necessidades informacionais.

A organização da documentação e o arquivamento correto em uma organização agregam um valor inquestionável, facilita a recuperação do documento, tornando o trabalho da equipe técnica mais eficiente, rápido e atendendo as necessidades informacionais das usuárias em período menor de tempo.

Tendo como base Barros e Neves (2009) por meio dos documentos de arquivo, é possível resgatar os valores e princípios conservados pela instituição e/ou sociedade proporcionando ao indivíduo o resgate e/ou construção da memória, pois é de suma importância que os/as usuários/as conheçam os fatos que estão registrados nos documentos para um maior entendimento da história. Para que isso aconteça de forma eficiente é necessário que haja uma triagem desde o recebimento até a disseminação da informação, com isso torna o acesso eficaz, no planejamento e tomada de decisões, filtrando as informações de acordo com as necessidades das usuárias.

2. ARQUIVO E ARQUIVO ESPECIAL

O arquivo é o local de variada fonte de informações e possui ligação direta com a construção e preservação da memória.

Desde o início da humanidade, o ser humano se preocupou em registrar sua passagem na Terra, para que seu tempo de vida fosse conhecido pelas futuras gerações. Os documentos apareceram após o surgimento da escrita, onde o ser humano pode gravar suas experiências e guardá-las. Para Vieira (2005, p. 1) documento "é tudo que registra uma informação independente do valor que ela venha a ser atribuído".

Segundo Paes (2004, p. 15)

Logo que os povos passaram a um estágio de vida social mais organizado, os homens compreenderam o valor dos documentos e começaram a reunir, conservar e sistematizar os materiais em que fixavam, por escrito, o resultado de suas atividades políticas, sociais, econômicas, religiosas e até mesmo de suas vidas particulares.

Com o passar do tempo, os documentos passaram a ser produzidos e/ou recebidos por pessoas física e/ou instituições públicas e/ou privadas, com diversas finalidades e em maior quantidade, tornando assim importantes fontes de informações para execuções de atividades cotidianas.

Os documentos que agregam valor importante para uma instituição e/ou a sociedade, têm a necessidade de serem preservados e guardados em arquivos, pois poderão ser utilizados futuramente para a tomada de decisões e para a construção do conhecimento das gerações futuras.

Quando desperta no ser humano a importância dos registros e compreensão do valor que é agregado, eles buscam guardar, conservar e preservar essas informações, surgindo os arquivos, ou seja, lugares onde são tratados e guardados todos os documentos, independente de seu suporte, de forma que os mesmos não desapareçam e que estejam sempre disponíveis para o acesso.

Com o acúmulo desses documentos, surge então a necessidade de reservar um local para a guarda desses registros, para que os mesmos possam ser preservados e conservados, com isso aparece o termo "arquivo". "Alguns afirmam ter surgido na antiga Grécia, com a denominação *arché*, atribuída ao palácio dos magistrados. Daí evoluiu para *archeion*, local de guarda e depósito dos documentos". (PAES 2004, p. 19)

O Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos elaborado pela Associação dos Arquivistas Holandeses define arquivo como:

Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário. (ARQUIVO NACIONAL 1973, p. 13)

Para Paes (2004, p.16) arquivo "é a acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para consecução de seus objetivos, visando a utilidade que poderá oferecer no futuro." No mesmo modo, a maioria das pessoas ainda visa os arquivos como depósitos de documentos, acúmulo de papéis produzidos por um indivíduo ou instituições públicas ou privadas, móvel para guardar documentos, entre outros.

De acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 27)

Arquivo - 1. Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. 2. Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos. 3. Instalações onde funcionam arquivos. 4. Móvel destinado à guarda de documentos.

Os arquivos possuem – acumulação contínua de documentos com características específicas do órgão produtor recebem o tratamento devido de acordo com sua tipologia e suporte. O acervo de um arquivo pode conter documentos com diversos suportes e origens, como documentos em suporte de papel, documentos em suporte eletrônico como CDs, DVDs e/ou disquetes, relatórios, desenhos, fotografias, teses, microfilmes, fitas magnéticas, entre outros.

De acordo com a Lei 8.159 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

Art. 2º Consideram-se arquivos, para os fins desta lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgão públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividade específicas, bem com por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (BRASIL, 1991, p. 1)

Os arquivos têm a finalidade de guardar os documentos que estão em tramite na instituição e/ou órgão produtor e os documentos de guarda permanente. A utilização de técnicas que permitem um arquivamento ordenado e eficiente, garante a preservação dos mesmos, livrando-os de danos causados pela umidade, mau acondicionamento, oscilação de temperatura, entre outros fatores que possam danificar o documento.

De acordo com a natureza, característica e suporte de cada documento, surgiram dois novos conceitos sobre arquivo, que são: arquivo especial e arquivo especializado. Importante ressaltar que esses termos não são sinônimos. O arquivo especial é aquele que tem sobre sua custódia documentos em diferentes suportes, onde cada um deles recebem um tratamento técnico diferente e o arquivo especializado é formado por documentos de uma área específica, como por exemplo os prontuários médicos.

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística

Arquivo/Documento Especial - Documento em linguagem não-textual, em suporte não convencional, ou, no caso de papel, em formato e dimensões excepcionais, que exige procedimentos específicos para seu processamento técnico, guarda e preservação, e cujo acesso depende, na maioria das vezes, de intermediação tecnológica. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.75)

Arquivo Especializado - Arquivo cujo acervo tem uma ou mais características comuns, como natureza, função ou atividade da entidade produtora, tipo, conteúdo, suporte ou data dos documentos, entre outras. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 30)

Com o passar do tempo, surgiram vários suportes de armazenamento de informações, com os avanços tecnológicos alguns desses suportes sofreram alterações principalmente os suportes eletrônicos. Tal situação vem influenciando os trabalhos desenvolvidos pelos arquivistas e por serem gestores/as da informação é necessário que busquem novos conhecimentos para se adaptarem as mudanças e saber identificar as características de cada suporte documental.

Cada suporte possui uma estrutura, formato diferente e características peculiares, necessitando de cuidados técnicos distintos. O/a arquivista deve desempenhar suas atividades de forma que supram a necessidade de cada tratamento documental, para que não haja percas de informações futuras. Em documento publicado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) de 1998, há o entendimento: "que os arquivos especiais por se apresentar de várias formas físicas, devem ter um tratamento adequado para sua conservação".

Cada tipo de suporte físico do documento possui sua fragilidade, o seu manuseio e arquivamento devem ser feitos de acordo com a necessidade do suporte, é necessário que o documento receba todos os procedimentos cabíveis, para que não haja nenhum indício de danificação e não haja perdas parciais ou totais de informações que estão registradas.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, publicado pelo Arquivo Nacional, define documento especial como:

Documento em linguagem não-textual, em suporte não convencional, ou, no caso de papel, em formato e dimensões excepcionais, que exige

procedimentos específicos para seu processamento técnico, guarda e preservação, e cujo acesso depende, na maioria das vezes, de intermediação tecnológica (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67).

Para Paes (2004, p. 22) os arquivos especiais tem sob sua guarda documentos de formas físicas diversas - fotografias, discos, fitas, clichês, microformas, slides, disquetes, CD-ROM - e que, necessitam de tratamento especial no que concerne ao armazenamento, como também ao registro, acondicionamento, controle, conservação etc.

Cada suporte necessita de tratamento específico, para que isso aconteça, é necessário que seja realizada uma identificação correta realizada por meio de caracteres específicos que diferenciam o documento. Cada um deles irá receber os procedimentos técnicos de acordo com o seu suporte, contribuindo para formação da estrutura de uma política de gestão e preservação, padronizando os procedimentos técnicos para o tratamento do documento e organização da massa documental. Desse modo, a identificação e características dos suportes para a funcionalidade do arquivo especial, "[...] contribuem para a estruturação de políticas de gestão e preservação dos acervos, na medida em que, ao identificar as características desses materiais é possível padronizar os procedimentos adequados para o seu tratamento e organização." (BRITO 2012, p.130)

Os métodos e as técnicas de preservação e conservação dos documentos especiais variam de acordo com as necessidades peculiares de cada suporte, pois alguns são produzidos com materiais mais resistentes e outros mais frágeis, ambos são atingidos por fatores diferentes de degradação que podem atingir a integridade física do documento.

Independente do suporte do documento, todos deverão chegar ao arquivo e receber todos os procedimentos necessários ao formato físico em que estão gravadas as informações documentais. Em seguida, devem ser acondicionados adequadamente sem que o documento sofra qualquer alteração durante seu ciclo de vida no arquivo e para que os usuários/as, gestores/as das organizações possam ter eficaz acesso as informações e memória dos fenômenos e as informações.

2.1 ARQUIVO E MEMÓRIA

A palavra memória possui uma considerável polissemia em relação ao seu conceito, várias áreas do saber vêm desenvolvendo estudos sobre o assunto. As áreas relacionadas a Ciência da Informação, tais como a Arquivologia e a Biblioteconomia buscam preservar materialmente a memória por meio do seu acervo, pois neste são encontrados vários tipos de

documentos em diferentes suportes os quais guardam a história de uma sociedade, de uma região, de fatos passados, de uma organização, etc.

De acordo com Rosário (2002, p. 12)

[...] a Memória liga o presente ao passado, mostra ao ser que existe como se constituiu e no que se fundamenta para vir a ser. Mostra-nos identidade e diferença, nos aponta a repetição, permite que nos admiremos diante do novo. Pois não se diz que é "novo" aquilo diante do qual procuramos referências na memória e não encontramos? E, no instante seguinte àquele em que é percebido, o novo pertence ao passado e ao domínio da Memória. Não nos lembramos de tudo, nem pessoal nem coletivamente. Lembramos aquilo que tem significado, aquilo que é importante. Assim, vivemos entre a memória e o esquecimento, talvez porque vivamos entre o ser e o não ser mais.

O arquivo é compreendido como um lugar de armazenamento, acesso e preservação de informações, que contribuem para a preservação da memória. Permite aos indivíduos acessar recordações ao visualizar uma imagem e/ou ler alguma informação, é possível lembrar de algo que aconteceu e/ou vivenciou no passado. O arquivo por ser o guardião de informações que registra acontecimentos passados, torna-se um aliado na construção da memória, seja ela de uma região, pessoa e/ou instituições públicas e/ou privadas.

O documento de arquivo mantém viva a história, as informações que estão registradas tornam-se elemento fundamental para construção da memória individual e/ou coletiva, pois tem o poder de exibir a história de modo que o/a usuário/a resgate e/ou tome conhecimento dos acontecimentos passados.

De acordo com Barros e Neves (2009, p. 59)

Assim compreendido, o arquivo - como lugar de memória - dá vida aos documentos por meio da análise do discurso e do que está posto e do que está oculto, tocando no mais íntimo dos acontecimentos. Por essa ação, cria-se um elo temporal e espacial que bloqueia qualquer ação na direção do esquecimento.

A organização do acervo e o resgate da memória contribuem para que os agentes sociais tomem conhecimento da história, contribuindo para a formação da sua identidade e possibilitando relembrar fatos que podem ter sido esquecidos em decorrência do tempo. "O arquivo é visto como um lugar em que a memória se torna participante do processo de identidade, como praxe e representação da sociedade da informação". (BARROS; NEVES 2009, p. 56)

A memória contribui de forma parcial na formação da identidade do indivíduo, ou seja, para o indivíduo os registros documentais tornam o passado acessível, desse modo é possível conhecer toda a história, o que já foi vivenciado durante sua existência, contribuindo para compreensão da sua prática social.

"a relação entre memória e identidade está mediada pelo documento em seus mais variados suportes, desde os mais tradicionais, até os objetos que compõe a cultura material, já que são elementos que trazem consigo a historicidade necessária para o reconhecimento desses constructos" (AZEVEDO NETTO 2007, p. 9).

Para as instituições, os documentos de arquivo representam a história da formação da instituição, constituída pelas áreas jurídica, administrativa, financeira que contribuem para a tomada de decisões e proporcionam ao usuário/a ter uma visão ampla sobre a identidade da empresa.

A relação da memória com o arquivo é direta, uma vez que para a memória existir são essenciais as informações que estão contidas nos documentos para a sua formação, seja ela pessoal e/ou coletiva. "[...] arquivo é um sistema de informação social que se materializa em qualquer tipo de suporte, sendo caracterizado, principalmente, pela sua natureza orgânica e funcional associada à memória". (BARROS; AMÉLIA 2009, p. 58)

A memória vai além do que está na mente das pessoas, ela também está contida nos documentos, ou seja, nos registros de cada um deles. De acordo com Ferrazeri e Romão (2007, p. 154) "[...] os documentos materializam um ou mais discursos, carregando em suas linhas toda uma rede de memória [...]", ou seja, a história e memória de um indivíduo, sociedade e/ou instituição estão registradas em diversos suportes e tipos documentais, cada informação encontrada traz um pouco da história, proporcionando ao usuário/a o conhecimento e/ou a lembrança de algo passado tais como um enunciado, um texto, uma imagem, um áudio, um monumento e/ou obras de artes, podem proporcionar ao indivíduo a recordação, construindo e reconstruindo a sua memória.

Todo documento traz registros do passado, a fotografia é um tipo de documento que retrata a história de forma visual por meio de suas imagens, essas imagens tornam-se recortes do que ocorreu no passado, propiciando ao usuário/a uma construção e/ou recuperação da memória com uma grande riqueza de detalhes.

2.2.MÉMORIA E FOTOGRAFIA

A memória de um indivíduo é construída pelo acesso de registros sejam eles escritos ou imagéticos que retratam algo que o mesmo tenha vivenciado e/ou presenciado. Explica Le Goff (2003, p. 419) "A Memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode utilizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas."

De acordo com Chauí (2005, p. 158) a "memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais". Por meio das informações que estão armazenadas na memória de um indivíduo ao ver uma imagem ou ler um documento o mesmo recorda de algo que já vivenciou e/ou de algum fato que aconteceu em uma determinada região.

A memória é construída especificamente das experiências que vivemos, ou seja, que estão diretamente relacionadas ao passado, assim a memória passa ser o arquivo de tudo aquilo que um dia foi vivenciado ou descoberto. Por intermédio da memória é que um indivíduo constrói a sua identidade, pois resgata os valores e princípios conservados pela sociedade em que vive.

Pode ser construída a memória individualmente ou coletivamente, a individual é aquela que é recordada apenas por um único indivíduo, onde o mesmo lembra-se de experiências já vividas e também das características da região onde habita. A coletiva é quando algo é lembrando por um grupo de indivíduos, é formada por fatos importantes do passado que são preservados na história de uma determinada sociedade.

A lembrança para o indivíduo é dependente do modo como ele atribui um código à informação quando se dá o seu contato com um fato, lugar ou objeto. Já no caso da memória coletiva, a importância da lembrança depende da forma como ela atinge o coletivo. (MORENO; LOPES; CHIARA 2011, p. 4)

O indivíduo constrói, conhece e/ou recupera a memória por meio da percepção visual, ou seja, ao ver a informação imagética acontece um processo natural da lembrança e armazenamento de informações em seu consciente, desse modo "o que ocorre são processos cognitivos que se dão a partir da percepção de índices ou pontos de referência visuais, como forma, proporção, cor, ângulos, bidimensionalidade ou tridimensionalidade, perspectiva, além de envolver processos complexos de evocação e interpretação" (BARROS, OLIVEIRA 2012, p. 7).

A fotografia é um tipo de documento de natureza visual que permite resgatar a memória por meio de suas imagens, possibilitando ao usuário/a visualizar recortes do passado. Os registros fotográficos produzem uma rápida recuperação da memória, pois permite uma ligação imediata com o passado, ela exerce a função da lembrança e contribui para a relação do indivíduo com os princípios e os valores das sociedades passadas.

É importante ressaltar que a fotografia favorece o resgate do passado, pois uma imagem fotográfica contribui para o simples ato de lembrar e permite que usuários indivíduos por meio da percepção, faça a relação do presente com as mudanças ocorridas no decorrer do tempo e, no caso específico do centro de referência possibilita o resgate das lutas delineadas desde a implantação do centro. A fotografia permite construir a memória com recordações mais ricas e com detalhes, pois preserva o passado contribuindo para a memória das gerações futuras. De acordo com Le Goff (1994, p. 466) colocar na referência a fotografia "[...] revoluciona a memória, multiplica-a e a democratiza-a, dá-lhe uma precisão uma verdade visual nunca antes atingida, permitindo assim guardar a memória do tempo e da revolução cronológica".

A presença das fotografias nos arquivos tem uma contribuição importante para a construção da memória da instituição, por meio da recuperação de dados fragmentados nas imagens capturadas. “Logo, seu valor como documento e a importância de sua presença nos arquivos é atualmente inquestionável.” (MARCONDES, 2011, p. 2). Porém, a fotografia é um tipo documental muito frágil, independente de seu suporte é necessário que receba cuidados especiais para sua preservação, os acervos formados por esse tipo de documentos estão propícios a perda de informações importantes caso as fotografias não recebam os procedimentos e acondicionamento corretos.

De acordo com Pavezi (2010, p. 41)

Dentre os principais fatores que contribuem para a deterioração das fotografias podem-se listar as áreas de armazenamentos inadequadas, os materiais de acondicionamento de baixa qualidade e práticas de manuseios inadequadas. Porém, igualmente destrutíveis são os fatores como ataques biológicos, falhas de processamento, características intrínsecas de deterioração e exposição.

Para uma instituição, preservar a memória é preservar seu acervo, é aplicar e utilizar as técnicas e materiais necessários de acordo com o suporte do documento para preservação e conservação das informações registradas. É de suma importância que esses registros estejam acessíveis aos usuários/as, gestores/as para que conheçam os trabalhos desenvolvidos e que

haja a identificação social e cultural. O arquivo ou o centro de documentação constituem os principais registros para a formação da memória institucional, pois é possível encontrar as informações do período da criação até os dias atuais.

De acordo com Silva (2009, p. 4)

A memória institucional na vida das organizações, no entanto, não é somente um no qual se guardará o que fora feito e o modo como fora contado, à época, mas sim um mecanismo ágil de demonstrar valores e princípios que acompanham a vida da organização desde seus primórdios, com o intuito de fazer surgir em seus públicos um sentimento de identificação com essas diretrizes e, por conseguinte, com a própria instituição.

A memória institucional se preocupa com a disseminação dos valores da organização, ou seja, de como a história da instituição chegará ao usuário/a. Por intermédio da memória individual dos/as usuários/as internos, ou seja, aqueles fazem parte do corpo de funcionários/as, é possível construir uma parte importante da memória institucional, onde cada recordação torna-se um recorte da história da instituição, "trabalhar com a memória de uma empresa é trabalhar com as memórias de cada um de seus integrantes que se reconhecem como tais e, assim, constroem as identidades individuais e a coletiva - imprescindíveis para o desenvolvimento da instituição". (FONTANELLI, 2005, p. 11)

Reconstruir a história da instituição utilizando a memória é essencial para que os/as usuários/as conheçam os princípios, os valores, a postura ética, os trabalhos desenvolvidos e principalmente a trajetória da instituição no meio social em que atua, com isso surge a preocupação e "[...] necessidade de preservação da memória institucional, que não se restringe apenas aos documentos tradicionais, causou uma extrema revolução na maneira de atuação das unidades de informação que tratam de alguma forma da memória"(MARQUES 2010, p. 114).

As instituições hoje têm uma preocupação maior em preservar a memória, por meio dela é possível formar a imagem da organização, a identidade e a notabilidade no meio social. Os documentos arquivísticos, inclusive as fotografias tem uma forte influência na tomada de decisões, contribuindo na formação e/ou preservação da memória de um modo que resgata o passado favorecendo o presente e colabora para a formação do futuro.

2.2.1 FOTOGRAFIA PRESERVANDO A MEMÓRIA

A fotografia traz em seu conteúdo registros de uma região e/ou fatos passados com uma riqueza de detalhes, tornando-se possível observar as mudanças ocorridas na sociedade e na região. Para Kossoy (1989, p.141), "a fotografia é uma forma de expressão cultural, na

qual foram registrados do tempo, aspectos como religião, costumes, habitação, enfim acontecimentos sociais de diversas naturezas, foram objetos documentados através da imagem".

De acordo com Oliveira (2008, p.14)

Um dos instrumentos importantes para a preservação da memória é o seu registro iconográfico, quer pelos métodos milenares, quer pelos processos e instrumentos mais recentes que a ciência e a técnica do nosso tempo nos trouxeram. Nesse caso, desaparecido o objeto que testemunha o nosso passado, a sua imagem pode substituir, embora parcialmente, a necessidade imanente à natureza humana de manter contato com o que se foi. Daí uma das várias utilidades das representações cadastrais como forma de preservação da memória.

Por meio do acervo iconográfico pode-se criar um almanaque de imagens, onde se torna possível a construção materializada da memória de uma instituição. As fotografias proporcionam ao usuário/a uma viagem pelo passado por meio das cenas que ali estão registradas, ilustrando toda jornada percorrida pela instituição.

A fotografia está enquadrada nos arquivos especiais, ou seja, aqueles que necessitam de um tratamento especial por serem geralmente frágeis. Nos arquivos especiais é possível encontrar documentos em diferentes suportes e todos carecem de um tratamento diferenciado no seu armazenamento, no acondicionamento, no registro e principalmente devem receber todos os procedimentos que possam conservá-los por mais tempo.

Segundo Paes (2004, p.148), "as atividades de um arquivo fotográfico devem ser desenvolvidas basicamente em cinco fases: recepção, identificação, preparo, registro, arquivamento e pesquisa". É importante seguir essa ordem para facilitar tanto a preservação das fotografias como no acesso as informações, pois esse procedimento inicia na identificação/recepção e decorre até o acondicionamento correto.

Em um arquivo especial, no caso em um acervo fotográfico, as fotos devem receber procedimentos que retardem a deterioração, uma vez que o material é frágil sendo difícil interromper os danos causados pelo tempo em decorrência do mau acondicionamento. Tal situação evidencia a importância de ser feito um diagnóstico inicial do acervo, e em seguida construir uma gestão documental para possuir dados como: o controle da massa existente no acervo, aplicação de procedimentos importantes para a seleção e conhecimento das tipologias documentais, tornado possível utilizar as técnicas corretas de acordo com a necessidade de cada tipo e suporte do documento. De acordo com art. 3º da lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991, a importância da gestão documental explicita-se, pois "Considera-se gestão de documentos o

conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente". (BRASIL,1991)

A autoras Filippi, Lima e Carvalho (2002, p.18) enunciam a importância de ser feito um diagnóstico inicial para conhecimento do acervo visando a para aplicação da metodologia correta de cada tipo e suporte documental.

o diagnóstico é fundamental para o estabelecimento das etapas de trabalho no projeto de tratamento e organização de acervos fotográficos, uma vez que, de posse dessas informações, é possível definir o cronograma das atividades, os recursos humanos, administrativos e financeiros que envolverão o projeto.

Por meio do diagnóstico são coletados os dados essenciais para iniciar a gestão do acervo, pois é possível identificar as reais deficiências do arquivo como um todo e de cada documento em particular, desta forma, podem ser realizados os procedimentos e utilizadas as técnicas corretas para suprir as necessidades de cada documento.

Com base na afirmação das autoras Fillipe, Lima e Carvalho (2002), é necessário que seja feito um diagnóstico inicial em toda e qualquer unidade de informação para a elaboração de um projeto de preservação, conservação e organização do acervo. Por meio deste, torna-se possível identificar o volume da massa documental, observar as condições físicas, o modo como estão arquivadas, os suportes, se receberam os tratamentos arquivísticos necessários para sua preservação, quais serão os recursos humanos, administrativos e financeiros necessários, entre outros fatores.

Com o diagnóstico é possível estabelecer um tempo previsto para execução de um projeto, prever os benefícios de uma correta organização e os tratamentos arquivísticos utilizados trarão ao acervo e os gastos previstos na realização do projeto.

Kosoy (2001, p. 17) afirma que devem ser "realizadas as análises iconográfica e iconológica da imagem". Com base nestas considerações teóricas, caminhou-se na dinâmica da pesquisa, realizando no arquivo, a identificação do volume da massa documental, o suporte das fotografias que encontram-se em suporte digital salvas em computadores e *pendrives*, o evento e/ou personagem (usuárias, agressores, profissionais da equipe, mulheres do movimento feminista e dos organismos de políticas para as mulheres).

Geralmente as fotografias que estão em suporte de papel fotográfico sem tratamento específico são mais propícias a sofrerem degradação precoce, pois caso não estejam bem

acondicionadas e não recebam cuidados necessários como a utilização de luvas para o manuseio, iluminação correta e técnicas e materiais importantes para a preservação e conservação do documento, a fotografia sofrerá danos e perderá suas informações.

Por meio do avanço tecnológico as instituições investiram e utilizam equipamentos que permitem armazenar mais documentos em um único espaço, como computadores, *pendrives*, HD externo, CD e outras mídias que armazenam imagens como câmera e scanner. Esses equipamentos proporcionam um tempo maior vida e de preservação para o documento, mas é necessário que sejam utilizados os procedimentos arquivísticos para uma eficiente recuperação da informação e, principalmente segurança para a integridade do documento. Nesta linha Braz (2012, p. 118) afirma que "[...] o uso da tecnologia tem se mostrado um grande aliado no que diz respeito a complementação da preservação ao passo que possibilita o acesso as informações."

Geralmente os documentos não tem sua origem em suporte digital, porém muitas unidades de informação utilizam a tecnologia com o intuito de preservar e armazenar seus documentos em suportes digitais para assegurar a integridade física e evitar degradações durante o acesso.

A tecnologia vem sendo uma importante aliada na preservação de acervos fotográficos, a digitalização, por exemplo, vem sendo muito utilizada em distintos tipos de arquivos.

Conforme Braz (2012, p. 119)

[...] a digitalização pode contribuir de forma positiva, pois no âmbito da disseminação e acesso às informações contidas nesses documentos, é possível que inúmeras pessoas tenham acesso à estas sem que ocorra nenhum dano pelo fato de grande número de pessoas utilizá-lo. Isto porque o conteúdo dos documentos podem ser usufruídos sem que haja preocupação em restringir o acesso, já que os originais podem ser preservados.

Por meio da digitalização realiza-se cópias fiéis dos documentos e os mesmos podem ser acessados em computadores e outros equipamentos eletrônicos. Desta forma, o documento original será pouco manuseado, mantendo o período de tempo mais longo no acervo. Por ser um meio de reproduzir os documentos em meio eletrônico também permite que os documentos sejam salvos e visualizados em diversos formatos digitais, assim afirma Braz (2012, p. 120) "Esta é uma técnica que torna possível a disponibilização de documentos de mídias digitais em formatos diversos (como texto, imagens, vídeo e áudio)".

No caso das fotografias, a digitalização é executada com o uso de um *scanner*, sendo eficaz na preservação das informações contidas nas fotos e os/as usuários/as podem acessar sem danos e/ou perda de informações importantes para o acervo e para documento fotográfico. Cabe ressaltar a importância de manter o documento físico no arquivo e a necessidade de utilizar em seu manuseio os procedimentos arquivísticos necessários.

Os autores Chagas e Lopes et al (2011, p. 1152) enunciam:

[...] a preservação do suporte físico é vital para salvaguardar a memória, é indispensável a digitalização e a identificação desses documentos com o uso de uma base de dados que permitirá a organização, busca e recuperação dessas imagens, reduzindo o manuseio das fotografias originais e facilitando a localização.

Segundo Mustardo e Kennedy (2001) a preservação de coleções fotográficas é ferramenta fundamental na administração geral de qualquer repositório arquivístico, a fotografia é mais frágil do que grande parte dos documentos em papel, possuem uma química complexa que deve ser observada para a garantia de sua efetiva preservação.

Uma imagem registrada pode ser vista como fonte de informação documental iconográfica responsável pela divulgação, pela construção e pela preservação da memória e também como documento para as instituições e/ou indivíduos, pois seus registros são reconhecidos como um elemento de prova de algum fato acontecido no passado que irá servir como objeto de informações para gerações futuras.

Kosoy (1989, p. 159) acredita que:

Fotografia é memória e com ela se confunde. Fonte inesgotável de informação e emoção. Memória visual do mundo físico e natural, da vida individual e social. Registro que cristaliza, enquanto dura, a imagem – escolhida e refletida – de uma ínfima porção de espaço do mundo exterior. É também a paralisação súbita do incontestável avanço dos ponteiros do relógio: é, pois documento que retém a imagem fugidia de um instante da vida que flui ininterruptamente. Ela dá a noção precisa do microespaço e tempo representado, estimulando a mente à lembrança, a reconstituição, a imaginação. É, para o historiador, uma possibilidade incontestável de descoberta e interpretação da vida histórica.

As fotografias possuem valor documental, por serem construídas por informações que possuem o mesmo valor que um documento escrito e por fazerem uma analogia com o real, exercendo uma função social na construção da memória.

Albuquerque (2008) explica que as imagens fotográficas devem ser lidas e compreendidas como qualquer outro tipo de documento, as imagens exibem informações importantes da história que já foi vivenciada por uma instituição, sociedade e/ou indivíduo.

Para não ser meras ilustrações como no passado as fotografias têm de ser contextualizadas e, consideradas importantes documentos que, como todos os documentos tiveram seu sentido e conceito modificado e ampliado ao longo do tempo e que, junto a outras fontes, é um elemento de construção da memória, da ideologia, de revoluções culturais, que devem ser tratadas na questão técnica e intelectual, adequadamente. (ALBUQUERQUE 2008, p. 377)

As fotografias são documentos de caráter histórico/cultural, sua leitura é feita através das cenas que foram capturadas e estão registradas, contribuindo para o desenvolvimento da memória do indivíduo. Assim como as outras tipologias documentais as fotos sofrem mudanças no seu significado, pois cada indivíduo interpreta as imagens de acordo como recorda as informações, surgindo então diversos conceitos sobre o mesmo documento.

O acervo fotográfico acarreta grande valor documental, têm uma grande influência na construção e preservação da memória, por isso as fotografias devem ser mantidas em um bom estado de conservação, fazendo-se necessário utilizar materiais e técnicas que venham acondiciona-las pelo período máximo de tempo.

De acordo com Paes (2004, p.151)

As fotografias devem ser acondicionadas em *folders* confeccionados em papel de pH neutro e guardadas em pastas suspensas, com suportes de plástico. Devem ser identificadas pelo mesmo código de assunto ou número de registro dado ao grupo de fotos que contêm e arquivadas pelo mesmo código de assunto principal ou em ordem numérica crescente, conforme o método adotado, em móveis de aço.

O uso de materiais e identificações corretas são formas de manter a fotografia por um tempo maior no arquivo, proporcionando a construção da memória de gerações futuras e, principalmente preservando a comprovação de um fato importante da história de uma instituição, sociedade, localidade e/ou indivíduo.

3. MEMÓRIA, FOTOGRAFIA E MULHERES

A fotografia tem o poder de não permitir que o passado desapareça, pois traz por meio de suas imagens recortes detalhados do passado, tornando-se importante para a construção da história de uma região, instituição e/ou reconstrução de fatos importantes e história de pessoas, é também um tipo de documento comprobatório, ou seja, elemento de prova de algum acontecimento.

De acordo com Turazzi (2005, p. 16)

A exatidão e a fidelidade da representação fotográfica em relação aos demais registros visuais já existentes deram à fotografia grande credibilidade no testemunho dos acontecimentos vividos pelo homem, ofuscando assim a compreensão crítica da natureza subjetiva das informações contidas nesse tipo de fonte histórica.

A fotografia é vista como uma fonte documental por ser um meio de adquirir conhecimento do passado, suas imagens mostram o aspecto real do que foi registrado, tendo um valor importante para o acervo e para os/as usuários/as, pois propicia que o indivíduo recorde e/ou conheça a história.

Com as modificações ocorridas no decorrer dos anos, a profissão de fotógrafo/a foi se expandindo e as mulheres do século XVIII começaram a fazer parte deste meio. Segundo afirmam as autoras Kozak e Stoduto (2014, p. 6) a invenção da fotografia foi em 1839. Com o surgimento dos estúdios as mulheres começaram a aparecer nestes ambientes e com o passar dos anos algumas ingressaram na profissão de fotógrafa, várias mulheres marcaram a história da fotografia, como Julia Margaret Cameron (1815 – 1879), Gertrude Käsebier (1852 – 1934), Dorothea Lange (1895 – 1965), Berenice Abbott (1898 – 1991), Diane Arbus (1923 – 1981) e Annie Leibovitz (1949).

Uma das principais mulheres que atuaram na profissão de fotógrafa foi Julia Margaret Cameron que ganhou sua primeira câmera fotográfica aos 48 anos e logo passou ser reconhecida na profissão. Como ela mesmo dizia, buscava sempre "prender toda beleza que existe" em suas fotografias. Duas categorias se destacaram na sua atuação como fotógrafa, o retrato e as alegorias encenadas, tendo como inspiração para essas categorias as obras literárias e as obras religiosas (HACKING, 2012).

De acordo com Monteiro (2009, p. 611)

No Brasil, em anúncios de classificados das listas telefônicas entre as décadas de 30 e 40 do século 20 já se encontravam referências ao trabalho de mulheres fotógrafas. No entanto, essas profissionais não foram as primeiras mulheres a atuarem na fotografia brasileira. Gioconda Rizzo, morta em

2004, aos 107 anos, já fotografava em São Paulo desde 1910. Além disso, desde o início do século 20, esposas e filhas de fotógrafos já realizavam serviços de laboratório, acabamento e fotopintura. Gioconda foi, no entanto, a primeira mulher a ter a autoria de seus trabalhos reconhecida.

Cabe ressaltar que no Brasil e em outros países, as mulheres ingressaram na área da fotografia auxiliando geralmente seu pai ou esposo nos serviços dos estúdios e laboratórios fotográficos, porém seus trabalhos não eram reconhecidos profissionalmente e sim como extensão dos deveres domésticos. Assim afirma a autora Ibrahim (2005, p. 27) "Muitas vezes as mulheres entravam no mundo da fotografia como retocadoras, fotocopiadoras ou assistentes, atuando principalmente nas atividades de laboratoristas e na montagem das fotografias nos mais diversos tipos de suportes e estojos."

No Brasil, as mulheres tiveram contribuição importante na história da atuação da mulher na área da fotografia, seus trabalhos começaram a ter reconhecimento no início do século XX. Gioconda Rizzo começou a trabalhar aos 14 anos ajudando seu pai, o fotógrafo italiano Michelle Rizzo, aos 17 anos colocou seu próprio estúdio fotográfico e foi a primeira mulher a ter o reconhecimento da autoria de seus trabalhos. Outra mulher importante foi D. Hermínia de Mello Nogueira Borges que desenvolveu sua carreira após o casamento com o incentivo do seu esposo e era adepta as fotografias picturalistas. (MONTEIRO 2009).

As mulheres ao ingressar nessa profissão e/ou em áreas ligadas a fotografia, desenvolveram trabalhos importantes para o entendimento dos costumes sociais e culturais que foram se formando ao passar dos anos. Essas mulheres tornaram-se, por meio das imagens registradas, testemunhas do passado. Por muitos anos as mulheres não eram vistas no meio profissional e ignoradas pela sociedade, mas ao longo dos anos foram ganhando espaço no meio social e hoje são reconhecidas como profissionais em diversas áreas.

O/a fotógrafo/a transmite sua sensibilidade por meio do olhar e a registra de modo que o indivíduo ao ver aquela imagem compreenda a história de tal maneira que sua mente possa o transportar para o passado que ali está registrado.

A fotografia traz o resgate da história das mulheres na sociedade, seja por registros feitos pelas lentes das câmeras e/ou por imagens registradas, que retratam com detalhes minuciosos as lutas, as mudanças e o desenvolvimento das mulheres no meio social, profissional e/ou familiar.

De acordo com Schapochnik (1998, p. 459)

A eficácia da imagem fotográfica repousa na sua capacidade de mesclar a estranheza do que mostra com a intimidade de nossa memória. Enquanto

produção antecipada de memória, ela guarda uma proximidade com o acervo de nossas recordações pessoais. O conteúdo “verista” ou a realidade figurada na fotografia, muitas vezes, tem um papel secundário, ganhando relevo os efeitos suscitados naquele que os contempla.

A fotografia é um importante meio de tornar viva toda trajetória e conquistas adquiridas pelas mulheres ao longo dos anos, pois mostra em seus registros a realidade que foi vivida, ou seja, cada imagem que foi registrada conta um pouco do passado, onde o agente ao visualizar a fotografia logo se recordará do fato ali registrado e/ou passará conhecer melhor a história.

As fotos que trazem em seu conteúdo imagens que retratam as lutas das mulheres pelos seus direitos, contra a violência, preconceitos a respeito do gênero, raça/etnia, classe social, orientação sexual, entre outros marcadores sociais, possuem um valor importante para a sociedade, pois exibem a história por meio das expressões das mulheres que buscam por direitos, ou seja, lutam por respeito, reconhecimento profissional, direitos básicos como saúde, educação, moradia e principalmente o fim da violência e os crimes de feminicídios. A fotografia é importante para que haja o resgate da história das mulheres, para que todos possam ter conhecimento das lutas e conquistas adquiridas pela luta individual e coletiva das mulheres.

4. FEMINISMO E GÊNERO

O feminismo é conhecido como um movimento libertário social, político e cultural formado por grupos de mulheres que lutam por seus direitos frente à sociedade, pela igualdade dos gêneros, direito a autonomia e a integridade do seu corpo, possuem seus ideais e sua própria visão crítica.

O Feminismo surge e se organiza como movimento estruturado, a partir do fenômeno da modernidade, acompanhando o percurso de sua evolução desde o século XVIII, tomando corpo no século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, transformando-se, também, em instrumento de críticas da sociedade moderna. (SILVA, 2008, p. 1)

No Brasil, o movimento feminista foi marcado pela luta ao direito de exercer a cidadania, ou seja, participar de forma direta na política do país. "A *sufragetes* brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto." (PINTO 2009, p. 16). As mulheres conquistaram o direito ao voto em 1932, essa foi uma das principais conquistas da luta feminista. Esse direito foi decretado no Novo Código Eleitoral Brasileiro, porém a primeira eleição que uma mulher pode votar e ser votada ocorreu no ano de 1933, durante a eleição para Assembleia Nacional Constituinte.

Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto Lei, de autoria do Senador Juvenal Lamartine, que dava o direito ao voto às mulheres. (PINTO 2009, p. 16)

O movimento feminista brasileiro ao decorrer dos anos passou por um processo de mudança, mas ressurgiu em um período de repressão e autoritarismo militar em meados dos anos de 1960.

Segundo Costa (2005, p. 2)

o feminismo ressurge no contexto dos movimentos contestatórios dos anos 1960, a exemplo do movimento estudantil na França, das lutas pacifistas contra a guerra do Vietnã nos Estados Unidos e do movimento hippie internacional que causou uma verdadeira revolução nos costumes. [...] Ressurge em torno da afirmação de que o "pessoal é político", pensado não apenas como uma bandeira de luta mobilizadora, mas como um questionamento profundo dos parâmetros conceituais do político

O movimento feminista reaparece buscando contestar o lugar da mulher na família, no meio profissional e na sociedade, tendo a influência de outros movimentos como o movimento negro, movimento hippie e por todos os movimentos de contestação social. O

feminismo ressurgiu trazendo algo novo ao romper com velhas práticas machistas, também presentes no cotidiano desse movimento. (COSTA; SANDEMBERG 2007, p. 29).

Na década de 70, destaca-se a I Conferência Internacional da Mulher realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), no México, em 1975. Foi declarado o Ano Internacional da Mulher e os próximos dez anos como a década da mulher. No mesmo ano, no Brasil, sucedeu-se uma semana de debates sob o título O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira, onde recebeu apoio da ONU com esse apoio as ações feministas ganharam mais força contra a política autoritarista do país. (PINTO 2009).

De acordo com Borsari e Cassab (2010, p. 54) "Nos anos 1980, emergem novas questões para o movimento feminista brasileiro, com um amplo leque temático, com temas que abordavam, principalmente, saúde e a violência contra a mulher." Com o decorrer dos anos, muitas mudanças aconteceram na política durante a década de 80, a luta feminista aparece com mais domínio, pois surgem vários novos grupos e coletivos na batalha pelos direitos das mulheres, apresentando seus ideais de forma mais abrangentes no combate ao racismo, a violência, ao preconceito, pelo direito ao trabalho, a saúde, sexualidade, igualdade conjugal no relacionamento, igualdade dos gêneros, entre outros.

Ainda durante a década de 80 ocorreu a redemocratização no país, onde o feminismo adquiriu mais visibilidade, ou seja, entra em uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres: há inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas – violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais. (PINTO, 2009, p. 17).

Com o passar dos anos o movimento feminista no Brasil passa atuar de forma diferente, os grupos começam a criar Organizações Não-governamentais (ONGs). De acordo com Borsari e Cassab (2010, p. 55) "Os movimentos feministas assumem um caráter institucional, focalizando atividades políticas, voltadas às mais diversas necessidades da mulher, dentre elas o enfrentamento à violência cometida contra a mulher no âmbito familiar e/ou doméstico."

Na Paraíba os primeiros grupos feministas surgiram após o período da ditadura, esses grupos acompanharam as tendências internacionais e nacionais. "O movimento contemporâneo de mulheres na Paraíba nasce de uma tradição em que a participação política individual da mulher se integra à história do Estado". (ABATH; IRELAND; 1999, p. 6).

O primeiro grupo feminista na Paraíba surgiu no fim da década de 70, chamado de Grupo Feminista Maria Mulher. Em seguida surgiram novos grupos na década de 80," Grupo de Mulheres de Campina Grande, o Grupo Raízes e a União de Mulheres de Cruz das Armas. Na década de 90 surgem duas organizações o Coletivo Feminista Cunhã e o Centro da Mulher 8 de Março (CM8MAR)" (ABATH; IRELAND; 1999, p. 6). Esses grupos e organizações promoviam palestras sobre a saúde da mulher e a violência contra mulheres.

Uma das reivindicações do movimento feminista até hoje é o enfrentamento a violência contra as mulheres, que a cada dia cresce o número de vítimas. De acordo com os dados do Mapa da Violência entre os anos de 1980 á 2013 morreram 106.093 mulheres vítimas de homicídios, o número de casos passou de 1.353 mulheres em 1980, para 4.762 em 2013, um aumento de 252%. A taxa, que em 1980 era de 2,3 vítimas por 100 mil, passa para 4,8 em 2013, um aumento de 111,1%.(WASELFISZ 2015, p. 11).

Com o aumento dos casos de violência contra as mulheres no decorrer dos anos "surgiram no Brasil várias organizações, cujo principal objetivo era o atendimento à mulher vítima de violência: a primeira delas foi o SOS-Mulher."(RIBEIRO, 2010, p. 45). Essas organizações de atendimento as mulheres em situação de violência, buscam trabalhar a auto-estima das mulheres, a construção social das desigualdades de gênero e o empoderamento para que as mulheres possam romper com ciclo da violência.

Segundo Ribeiro (2010, p. 45-46)

No entanto, a criação dos SOS-Mulher constitui um marco no atendimento direto às mulheres vítimas de violência no Brasil. Foram criados no final da década de 70, no processo de luta pela redemocratização no Brasil, num momento em que o movimento feminista discutia duas opções: assumir a luta pelas questões político-sociais mais gerais ou enfrentar as chamadas "questões específicas" das mulheres. Os SOS se tornaram a primeira experiência de contato direto com as mulheres vítimas de violência e trouxe à tona desafios que ainda não foram completamente superados.

Nesse mesmo período foram implantadas Casas-abrigo, que fazem parte das principais políticas públicas implantadas durante a década de 80, o órgão presta assistência às mulheres ameaçadas de morte em decorrência da violência doméstica.

As Casas-abrigo – que durante 20 anos constituíram a única forma de abrigo especializado para mulheres em situação de violência – restringem-se ao atendimento dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, tendo por público-alvo somente mulheres sob grave ameaça e risco de morte." (BRASÍLIA, 2011, p. 19)

As casas-abrigo prestam atendimento de assistência social, serviços ligados a saúde e a segurança das mulheres em situação de violência, preservando sempre a integridade da vítima, ou seja, "trata-se de um serviço de caráter sigiloso e temporário, no qual as usuárias poderão permanecer por um período determinado, após o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas". (BRASÍLIA 2011, p. 33)

É importante ressaltar que, na década de 80, a violência contra as mulheres recebeu maior visibilidade e repercussão graças as reivindicações dos movimentos feministas, esse fato passou a ser visto como um problema social, surgindo outro marco importante para a luta movimento feminista, a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM).

As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher são consideradas a mais importante inovação institucional brasileira na área da violência, com importante repercussão em outros países da América Latina. Sobretudo, por terem introduzido o mundo da lei, da justiça e da impessoalidade no âmbito privado, no reino da intimidade conjugal (MORAES e SORJ, 2009, p. 14).

A violência contra as mulheres na maioria dos casos ocorre no ambiente doméstico e geralmente o agressor é seu parceiro. Por meio das DEAM as vítimas podem encontrar um meio de punir seu agressor através de órgão de segurança pública, pois a violência é problema social e mesmo com a implantação das DEAM muitos casos de violência não são registrados.

Moraes e Sorj (2009) enunciam que:

As DEAMs constituem a principal política pública de combate e prevenção à violência contra a mulher no Brasil, especialmente a violência conjugal. Sua função legal é detectar transgressões à lei, averiguar a sua procedência e criminalizar a violência doméstica (MORAES e SORJ, 2009, p. 14).

Além das DEAM criadas por meio do Decreto nº 2.170-N, de 24 de outubro de 1985², a luta do movimento feminista teve a conquista de outros marcos importantes como a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM) em 29 de agosto de 1985, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA). A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) foi criada em 1 de Janeiro de 2003, por meio da lei nº 10.683 e a implantação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), lei essa que coíbe a violência doméstica e familiar contra as mulheres.

A Secretária Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) foi criada pelo governo federal com o intuito de ampliar as políticas públicas voltadas para as mulheres que vivem em

² A primeira Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher (DEAM) foi criada em São Paulo, em 1985.

situação de violência, atuando na prevenção da violência, acesso aos direitos públicos e ações de punição contra os agressores³.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da presidência da república elaborou o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). O primeiro Plano foi implementado em 2004 e o segundo Plano, quatro anos depois, em 2008 que vigora até hoje. O II Plano Nacional tem inúmeros princípios, destaco três princípios primordiais, quais sejam: a equidade em que garante a universalidade do direito de todas as mulheres, sem discriminação; a autonomia das mulheres, que cabe somente a elas tomar as suas decisões e a justiça social, em que a desigualdade deve ser combatida. E para a garantia dos princípios do Plano, as diretrizes propostas devem ser seguidas por parte do Estado, como a criação e implementação de políticas voltadas para a mulher, o reconhecimento da violência, entre outras. (PEREIRA, 2011, p. 30)

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) fortaleceu a implantação dos os Centros de Referência da Mulher (CRM), que prestam atendimento psicológico, social e jurídico as mulheres vítimas de violências, auxiliando no resgate a autoestima e autonomia de cada mulher. As mulheres que procuram os CRM são atendidas por uma equipe de multiprofissionais que as informam sobre seus direitos.

Em 1997, existiam 17 serviços de referência para atendimento às mulheres em situação de violência no Brasil. Em 2005 havia aproximadamente 82 serviços, sendo que 44 deles realizam a interrupção da gravidez nos casos previstos em lei. A maioria desses serviços está situada na região Sul e Sudeste; a região Norte conta com menor número de serviços. (DINIZ; SILVEIRA; MIRIM 2006, p. 197)

O CRM desenvolve um importante papel na sociedade, pois traça suas ações em questionamentos sobre as relações de gênero, base das desigualdades sociais e da violência contra as mulheres e voltando-se ao enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres, desenvolvendo atribuições de órgão articulador de serviços públicos governamentais e não-governamentais que fazem parte da rede de atendimento as mulheres em situação de insegurança social, em função da violência de gênero.⁴

Os CRM trabalham em conjunto com a Central de Atendimento e as Delegacias Especiais da Mulher, encaminha as mulheres que foram violentadas a obterem os atendimentos específicos e tomarem as devidas providências. As mulheres que procuram por

³ Foi criada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva.

⁴ Fonte: TERMO DE REFERÊNCIA Enfrentamento da Violência contra as Mulheres - <http://www.spm.gov.br/assuntos/ouvidoria-da-mulher/pacto-nacional/tr-enfrentamento-da-violencia-contra-a-mulher.pdf>

atendimento nos CRM vivem constantemente em situação de violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial e na maioria dos casos na própria residência.

A igualdade de gênero é uma das principais lutas do movimento feminista, uma das principais metas é romper com as desigualdades de poder existentes entre homens e mulheres. "O termo gênero pode ser entendido como um instrumento, como uma lente de aumento que facilita a percepção das desigualdades sociais e econômicas entre mulheres e homens, que se deve a discriminação histórica contra as mulheres."(TELES; MELO, 2003, p. 17). Foi por meio das lutas feministas que as mulheres conquistaram direitos importantes e quebraram alguns paradigmas impostos pelo meio social e econômico, obtendo cada vez mais seu espaço na sociedade.

Um marco importante da luta feminista na defesa das mulheres em situação de violência foi a criação da Lei 11.340/06, chamada Lei Maria da Penha, que criminaliza a violência sofrida pela mulher, visando a punição do agressor.

Essa síntese⁵ a Lei 11.340/06, Lei Maria da Penha

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (BRASIL 2006)

Há muitas décadas as mulheres vivem em situação de algum tipo de violência, seja ela verbal e/ou física, geralmente são violentadas até a morte no ambiente doméstico pelo parceiro íntimo, por meio das lutas do movimento feminista que essa realidade ganhou repercussão e a atenção das autoridades, sendo vista como um problema social.

A violência contra a mulher possui várias classificações, desse modo, para efeitos da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará (2004, p. 9) adotada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1994,

Entender-se-á por violência contra a mulher: “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou

⁵ Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm

psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”. Além das dimensões física, sexual e psicológica, algumas especialistas agregam a dimensão patrimonial. Estas violências podem ocorrer em diversos espaços relacionas, tais como o doméstico, o do trabalho, o institucional e outros, dentre os quais os dos conflitos armados.

Nos últimos anos o índice de mulheres que foram violentadas até a morte aumentou, esse tipo de crime é conhecido como feminicídio, explica Gomes (2010, p. 18) "é considerado como feminicídio aqueles casos onde houve um enredo que indicasse comportamentos sexistas, machistas e/ou violência de gênero na relação entre as partes."

Sob a legislação do País, correspondem à categoria de homicídios ou, como denominados modernamente, CVLI: Crimes Violentos Letais Intencionais. Esses crimes têm como característica a presença de agressão intencional de terceiros, cujos danos ou lesões causam a morte da vítima. Esse tipo de crime vem crescendo a cada dia, em 2013 dos 4.762 homicídios de mulheres que foram registrados pelo Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), 2.394, isso é, 50,3% do total nesse ano, foram perpetrados por um familiar da vítima; 1.583 dessas mulheres foram mortas pelo parceiro ou ex-parceiro, o que representa 33,2% do total de homicídios femininos nesse ano. Nesse caso, as mortes diárias foram 4. (WASELFISZ, 2015)

Segundo Teles e Melo (2003, p. 18) "O conceito de violência de gênero deve ser entendido como uma relação de poder e dominação do homem e de submissão da mulher."

Para Louro (2003, p. 22) gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas.

De acordo com Scott (1990, p. 14) “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, é um modo primordial de dar significado às relações de poder [...]”. Desse modo compreende-se que existe a desigualdade na relação da partilha do poder entre os sexos tornando a mulher submissa ao homem, cabe ressaltar que o conceito de gênero também está ligado as desigualdades de classe social e etnia/raça, estando presente nesse meio o preconceito e discriminação, onde a mulher é a principal vítima.

Nesta perspectiva, corrobora-se com Côrtes, Alves e Silva (2015, p. 8)

Para a compreensão e o enfrentamento do fenômeno [violência contra as mulheres] há que se atentar para a socialização de mulheres e homens e às relações construídas socialmente que estabelecem diferenças e desigualdades,

com prejuízos as mulheres. Assumir esta perspectiva implica problematizar discursos ancorados nas distinções biológicas para explicar e legitimar diferenças entre mulheres e homens.

As desigualdades de gênero são presentes de forma marcante na educação e mercado de trabalho. a escolarização quanto maior o nível de formação menor é a presença das mulheres matriculadas nas redes de ensino, isso reflete no índice de mulheres capacitadas para atuar no mercado de trabalho, com isso pouco mais de 50% das mulheres encontram-se empregadas ou à procura de emprego, esse percentual sobe para quase 73% quando analisamos o grupo masculino. Cabe destacar que existe também a discriminação das mulheres negras no ambiente profissional, além de ser alvo de racismo, encontram-se com os piores postos de trabalho, recebendo os menores rendimentos, sofrendo com as relações informais de trabalho (e sua conseqüente ausência de proteção social tanto presente quanto futura – aposentadoria) e ocupando as posições de menor prestígio na hierarquia profissional. (PINHEIRO; SOARES 2011)

A autora Louro (2003, p. 22) evidencia que

As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação.

Por meio dessa desigualdade de gênero surge a preocupação e necessidade da criação das políticas públicas voltadas a igualdade do acesso aos direitos essenciais como aos serviços de educação, saúde e infraestrutura (moradia, energia elétrica, saneamento, etc).

Desse modo explica Farah (2004, p. 51)

Políticas públicas com recorte de gênero são políticas públicas que reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas para mulheres. Essa categoria inclui, portanto, tanto políticas dirigidas a mulheres – como as ações pioneiras do início dos anos 80 – quanto ações específicas para mulheres em iniciativas voltadas para um público mais abrangente.

A autora Farah (2004) ainda ressalta que por meio das políticas públicas, os movimentos pressionam os diferentes níveis de governo, de acordo com sua competência em cada área da atuação da política pública.

Desse modo, cabe salientar que foi por meio da resistência das mulheres na luta feminista pelos seus direitos e igualdade de gênero, que as mulheres obtêm e obtiveram

conquistas importantes na história. Entende-se a luta do movimento feminista para aquisição do acesso as políticas e direitos públicos para as mulheres e a superação da desigualdade de gênero é de grande importância para que as mulheres conquistem seus lugares na sociedade.

5. CAMPO DE PESQUISA – CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER EDVALDA BEZERRA

As ONGs feministas e os Centros de Referência da Mulher são conquistas dos movimentos feministas, onde várias mulheres desempenham/desempenharam um papel importante na batalha pelos seus direitos básicos como a cidadania, trabalho e a saúde, contra o preconceito, discriminações, violências e pela igualdade dos gêneros.

Antes da criação dos Centros de Referência da Mulher, o movimento feminista passou por uma trajetória que obteve conquistas importantes, tais como a criação de ONGs formadas por grupos de feministas, o SOS-Mulher, Casas abrigo, DEAM e a Secretaria Especial de Política Para as Mulheres do Governo Federal, todas com objetivo de combater o alto índice da violência contra as mulheres, a discriminação e a desigualdade de gênero.

De acordo com Patrício (2002, p. 2) as "ONGs feministas estão na proposta de qualificação e geração de renda, muitas vezes direcionada para a (re)inserção das mulheres, vitimadas pela violência e/ou pobreza, no mercado de trabalho ". Ou seja, essas ONGs buscam promover atividades que estimulem a autoconfiança, autoestima das mulheres a retornar para o meio em que vivem com mais segurança.

O SOS-Mulher e as Casas abrigo são espaços de atendimento e acolhimento as mulheres que vivem em situação de violência e/ou discriminação, a equipe busca trabalhar os aspectos psicológicos, sociais, legais das mulheres para que possam se empoderar e romper com o ciclo da violência.

A criação da Secretaria Especial de Política para as Mulheres do Governo Federal (SPM) representou uma conquista de grande importância na luta feminista, pois através dessa secretaria aumentou os órgãos de atendimento às mulheres que vivem em situação de violência, foram implantados novos serviços, políticas públicas e conferências nacionais, que reuniram mulheres em todo Brasil para a elaboração de políticas públicas⁶.

Os Centros de Referência da Mulher (CRM) foram criados pela Secretaria Especial de Política Para as Mulheres do Governo Federal, com o intuito de prestar atendimento, apoio e assistência as mulheres vítimas de todos os tipos de violências, promovendo o acompanhamento psicossocial e jurídico, transmitindo informações importantes e orientações para a prevenção e ocorrência dos casos de violências como doméstica, sexual, física e psicológica. A Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM) tem como uma de suas

⁶ A I, II e III conferência ocorrem em Brasília em 2004, 2007 e 2011.

prioridades apoiar os projetos de implantação dos Centros de Referência da Mulher, objetivando o combate aos diversos tipos de violência sofridas por mulheres nas regiões de atuação do CRM.⁷

O Centro de Referência da Mulher desenvolve um papel importante no combate a violência, promovendo um atendimento contínuo as vítimas através de uma Rede de Atendimento e uma equipe de profissionais formada por psicólogos, assistentes sociais, advogados e/ou defensores públicos, que fazem um acompanhamento visando o regate da autoestima e socialização das mulheres no meio em que habita.

A complexidade do enfrentamento à violência contra as mulheres se expressa nas diferentes formas que esta violência assume: sexual, doméstica, física e emocional, psicológica e social. A construção da Rede, enquanto ação, reúne recursos públicos e comunitários em um esforço comum para prevenir, atender e erradicar todas as formas de violência contra a mulher em nosso país. (BRASÍLIA 2005, p. 4)

Para combater a violência contra a mulher é necessário que ocorram mudanças tais como a inserção de políticas públicas voltadas exclusivamente para as mulheres e mudanças socioculturais como a desconstrução da hierarquia e o autoritarismo principalmente no ambiente doméstico.

"O atendimento deve pautar-se no questionamento das relações de gênero enquanto construção histórico-cultural da socialização de mulheres e homens, dos papéis femininos e masculinos, que tem legitimado as desigualdades e a violência contra as mulheres". (BRASÍLIA 2005, p. 5)

Em João Pessoa foi implantado o Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB) no ano de 2007, localizado na Rua Afonso Campos, nº111-Centro e atende a região de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita, Conde e Cabedelo, no horário 07h00 às 19h00. A coordenadora do Centro era a advogada Joyce Borges. É importante ressaltar que o órgão era vinculado a Coordenadoria de Políticas as Mulheres do município de João Pessoa, criada pela Lei 10.429, de 14 de fevereiro de 2005 e tinha a coordenação da jornalista Estela Isabel Bezerra⁸. Em 2010, foi criada a Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres, organismo da Prefeitura Municipal de João Pessoa, pela Lei 11.902, de 29 de março de 2010,

⁷ Fonte: <http://www.spm.gov.br/assuntos/carta-de-servicos>

⁸ A Coordenadoria foi criada pelo governo Ricardo Coutinho.

alterando a Lei 10.429. A SEPPM teve a coordenação da jornalista Nézia Gomes até o ano de 20012. Posteriormente, Liliane Oliveira assumiu a coordenação do CRMEB⁹.

A Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para Mulheres constituiu-se num espaço estratégico de incentivo aos demais órgãos municipais no compromisso de avançar na cidadania e contribuir para a mudança de mentalidades, visando ainda reforçar a relação entre o poder público, ou seja, o governo municipal, e as representações populares (movimentos de mulheres e feministas) para a construção de uma sociedade justa e igualitária¹⁰

O Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra está vinculado a Secretaria Municipal de Políticas Públicas Para as Mulheres (SPPM) da Prefeitura de João Pessoa, que contribui para a promoção da igualdade de gênero e na criação/implantação de políticas públicas voltadas para as mulheres, para que as mesmas possam exercer sua cidadania e superar as barreiras das desigualdades e discriminações impostas pela sociedade.

Existem quatro áreas de atuação no atendimento que são: **Social** responsável pelo acolhimento da mulher que sofreu algum tipo de violência e encaminhar de acordo com a necessidade da mesma para Rede de Atendimento, **Jurídico** orienta as vítimas sobre seus direitos e no caso de violência física fazem o acompanhamento de ações junto a Segurança Pública e a Justiça para garantir a integridade da vítima, **Psicológico** oferece um suporte emocional através de psicoterapias e atividades em grupos e/ou individuais, sempre articulando a questão do enfrentamento a violência e trabalhando o emocional das vítimas e **Arte-educação** busca resgatar e estimular a criatividade e autonomia através de trabalhos artesanais que são desenvolvidos em grupos e/ou individuais. A prevenção e o acompanhamento das mulheres é realizada através de palestras, debates, roda de diálogos, oficinas, entre outros, visando que todas possam voltar a se sentirem seguras.

O CRMEB atende presencialmente e por telefone por meio do 0800 283 3883. A mulheres em situação de violência recebem orientações, são atendidas por uma equipe formada por profissionais de diversas áreas como psicólogas, arte educadoras, assistentes sociais e advogadas.e são encaminhadas para a Rede de atendimento , quando necessário.

⁹ A gestora assumiu no governo do prefeito Luciano Cartaxo.

¹⁰ Fonte: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/seppm/>

De acordo com os dados fornecidos pela coordenadora do CRMEB, no ano de 2013 foram realizados o maior número de atendimentos presenciais de mulheres em situação de algum tipo de violência.

Tabela 01: Total de atendimentos presenciais por ano

| ANO | ATENDIMENTOS |
|------|--------------|
| 2007 | 152 |
| 2008 | 297 |
| 2009 | 285 |
| 2010 | 268 |
| 2011 | 225 |
| 2012 | 339 |
| 2013 | 378 |
| 2014 | 239 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O CRMEB configura-se como unidade informacional pois desenvolve palestras, oficinas, teatros, panfletagens, campanhas nos meios de comunicação, escolas, universidades, comunidades, postos de saúde e outros espaços. Os temas abordados são vinculados a direitos das mulheres, relações de gênero, lei Maria da Penha, dentre outros. Muitos dos trabalhos desenvolvidos pelo CRMEB desde a sua fundação aos dias atuais estão registrados em documentos e fotografias, tornando-se possível conhecer a história da instituição e os trabalhos que foram desenvolvidos e as mudanças que ocorreram no passar dos anos.

O acervo iconográfico do CRMEB contém imagens que foram capturadas desde a implantação do órgão, em 2007, proporcionando a gestão, as usuárias e a comunidade a recuperação e o conhecimento da memória institucional.

6. METODOLOGIA

Este trabalho consiste em uma pesquisa participativa, exploratória e descritiva com base em um estudo de caso. Desse modo "o estudo de caso se presta nas investigações de fenômenos sociais contemporâneos nos quais o pesquisador não pode manipular comportamentos relevantes que influenciam e / ou alteram seu objeto de estudo".(YIN 2005, p. 23), permite que o/a pesquisador/a desenvolva sua pesquisa com diversas evidências e observações participativas por meio de visitas de campo.

Foi executada também uma abordagem quantitativa do arquivo iconográfico do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra. Outro método utilizado para adquirir informações da pesquisa em questão foi por meio de um levantamento bibliográfico em livros, *sites*, artigos, entre outros. Para Gil (2007, p. 64), "Pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos".

A coleta de informações a respeito do CRMEB foi dinamizada por meio de pesquisa nos sites da prefeitura de João Pessoa e da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, do governo federal¹¹, que possui informações a respeito da criação e a quantidade de Centros de Referência da Mulher existentes no país.¹² Realizou-se visitas frequentes ao CRMEB, em que recebeu-se a colaboração das funcionárias e, principalmente da coordenadora Liliane de Oliveira para ter acesso as fotografias e as informações sobre as mesmas.

Utilizou-se a pesquisa exploratória no CRMEB para conhecimento da equipe, da instituição e sua funcionalidade. Posteriormente, realizou-se a identificação do arquivo iconográfico. As fotografias estavam arquivadas em vários computadores, pendrives, dispersas em várias pastas e sem especificação de ano, evento e conteúdo das mesmas, dificultando a recuperação da informação, conforme relato da coordenadora do centro.

As fotografias encontram-se todas salvas em formato digital, mas não receberam nenhuma identificação e tratamento específico para a preservação, recuperação das informações e localização das mesmas para acesso. Atualmente, as fotografias são utilizadas por funcionárias em palestras, em oficinas em que exibem as fotos, em slides, para disseminar a existência e os trabalhos desenvolvidos pelo CRMEB.

Para a coleta e tabulação de dados sobre a quantidade de fotografias do período de 2007 a 2014, fez-se necessário organizar o arquivo, separando as fotografias em pastas

¹¹ Fonte: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/seppm/centro-de-referencia-da-mulher/>

¹² Fonte: <http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/violencia/o-que-e-centro-de-referencia-de-atendimento-a-mulher-em-situacao-de-violencia>

nomeadas e identificadas por evento e/ou tema e ano referente as informações contidas nas imagens de cada uma. Em seguida, foram criadas pastas nomeadas por ano, e as fotografias dos diversos eventos promovidos pelo centro, no período, foram classificadas por assunto e distribuídas nas pastas respectivas aos anos em que as atividades aconteceram.

De acordo com Côrtes, Alves e Silva (2015) considerando a informação como fonte de saber e poder, a produção, organização, acesso, disseminação do acervo iconográfico configura-se como elemento fundamental para potencializar as resistências frente as mais distintas desigualdades. Desse modo, é importante frisar que o processo de organização foi delineado tendo como base as necessidades da equipe técnica, por meio de reuniões e diálogos traçamos um plano de organização das mesmas, visando o eficaz acesso de toda a equipe.

Com a breve organização inicial do arquivo foi possível identificar a quantidade de fotos por evento e por ano, facilitando o levantamento total das fotografias existentes no período citado. Contou-se com a colaboração da coordenadora do centro para identificação dos assuntos e datas das atividades.

As fotografias do estudo encontram-se em suporte digital. Foi possível explicitar a utilização da tecnologia, pois em diálogos com a coordenadora do CRMEB, verificou-se que todas as fotografias encontradas eram provenientes de câmeras digitais e/ou salvas de sites. Cabe ressaltar que as mesmas estão armazenadas em mídias internas e originaram-se por meio de câmera digital. Desse modo não existem negativos das fotografias, pois as câmeras digitais não utilizam filmes fotográficos.

A proposta desta pesquisa é organizar o arquivo iconográfico e conhecer a instituição “o objetivo do processo de organização da informação é possibilitar o acesso ao conhecimento contido na informação” (BRASCHER; CAFÉ; 2008, p. 5). Desse modo, torna-se importante desenvolver uma análise documentária e logo após a descrição de cada coleção fotográfica, resultando na representação das informações contidas nas imagens registradas.

É importante destacar que na análise documentária três elementos estão presentes: a linguagem do documento, do sistema e do usuário. Essa questão leva as unidades de informação a adotarem esquemas que padronizem a descrição da informação, visando respeitar a terminologia do usuário/público/pesquisador. (CAFÉ; PADILHA 2014, p. 94)

Leite (1993) ao desenvolver pesquisa referente a acervos fotográficos, explica que a análise das fotografias deve ser feita após a organização do acervo, reunindo todas as fotografias e separando-as sobre assunto e/ou evento. Com base nas orientações teóricas, o

ponto de partida da pesquisa foi a organização e, em seguida, a identificação das fotografias existentes no arquivo.

De acordo com Ferreira (2004, p. 2) "é importante que as fotografias estejam organizadas e tratadas tecnicamente, a fim de permitir sua utilização de forma rápida e eficiente." A identificação correta das coleções fotográficas é importante para a recuperação das informações, deve ser realizada com base na linguagem das imagens do documento, visando facilitar o acesso e a recuperação das fotografias de modo que possa suprir de forma eficiente as necessidades informacionais dos/as gestores/as e usuários/as da instituição. Outro aspecto que merece destaque é o local em que as fotografias estão arquivadas.

Ressalta-se que as fotografias por serem classificadas como documento especial necessitam de uma atenção diferenciada, ou seja, devem receber um tratamento especial de acordo com seu suporte, assim explica Paes (2004, p. 22) "tratamento especial não apenas no que se refere ao seu armazenamento, como também ao registro, acondicionamento, controle, conservação, etc."

De acordo com Mossiari (2010, p. 12)

Pode-se também estabelecer um sistema em que o novo acondicionamento e armazenagem reflitam de alguma forma a organização anterior, talvez criando uma numeração provisória que será adicionado ao acondicionamento novo e ao antigo, que não será descartado nesse momento.

Na organização deve-se pensar como o/a usuário/a, gestor/a terá um acesso eficiente e suprirá as suas necessidades informacionais, além de proporcionar o controle da massa documental existente no acervo.

6.1. O ACERVO ICONOGRÁFICO DO CRMEB: organizando e disseminando informação.

O Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra possui uma massa documental iconográfica, composta por 3.145 fotografias capturadas no período de 2007 à 2014. As fotografias encontram-se todas em suporte digital, o acervo teve início com as fotos da inauguração do CRMEB na antiga sede¹³.

Por meio deste arquivo foi possível acompanhar a trajetória da instituição, conhecer a sua história e funcionalidade, pois os registros fotográficos trazem recortes importantes do passado que auxiliam na construção da memória institucional e de gestoras e usuárias.

¹³ Desde o ano de 2012 o CRMEB encontra-se no endereço: Rua Afonso Campos, 111, Centro, João Pessoa-PB.

O arquivo formado por fotografias possibilita aos agentes sociais conhecer a instituição por meios de imagens que retratam a visão, missão e objetivo do CRMEB e principalmente, os trabalhos desenvolvidos na sociedade com o intuito de prevenção da violência contra as mulheres e atendimentos as vítimas de agressões.

O CRMEB dispõe de sede própria, as fotos 1 e 2 referem-se a sede antiga do CRMEB que foi inaugurada pelo prefeito Ricardo Coutinho no ano de 2007 e a coordenadora de políticas para as mulheres era Estela Izabel Bezerra. O órgão funcionou durante 5 anos neste local.

Foto 01 e 02: Inauguração do CRM



Fonte: Acervo do CRMEB, 2007.

Fonte: Acervo do CRMEB, 2007.

A foto 3 retrata a sede própria e atual que foi inaugurada em 2012, durante a gestão do prefeito Luciano Agra.

Foto 03: Inauguração da sede própria



Fonte: Acervo do CRMEB, 2012.

A sede própria possui vários ambientes, que proporcionam as mulheres um atendimento de qualidade, ou seja, em cada espaço foi pensado no bem-estar das usuárias.

A recepção é o local que acontece o primeiro contato com as usuárias tanto por telefone como pessoalmente, é dividida por uma divisória visando que a usuária relate o que aconteceu, sem que nenhuma usuária e/ou visitante possa vê-la ou escuta-la.

Foto 04: Recepção



Fonte: Autora da Pesquisa, 2015.

Para as usuárias que levam seus/as filhos/as para o atendimento, o CRMEB possui uma brinquedoteca direcionada para as crianças que são acompanhadas por uma arte-educadora.

Foto 05: Brinquedoteca



Fonte: Autora da Pesquisa, 2015.

O CRMEB possui duas salas de psicologia e direito, local em que a usuária será atendida por uma psicóloga que irá fazer o acolhimento e da usuária e a advogada tem o papel de informar sobre as leis conforme o caso ocorrido e encaminhar/acompanhar a usuária aos órgãos competentes.

Foto 06: Salas de Atendimento Psicologia e Direito



Fonte: Autora da Pesquisa, 2015

O CRMEB possui um espaço direcionado apenas a sua equipe profissional que elaboram as atividades internas e externas promovidas pelo Centro.

Foto 07: Espaço para as funcionárias



Fonte: Autora da pesquisa, 2015.

O CRMEB também disponibiliza panfletos e cartazes sobre as leis e números de telefones para que as usuárias possam fazer denúncias caso o ato de violência volte acontecer.

Foto 08: Cartazes e panfletos



Fonte: Autora da pesquisa, 2015.

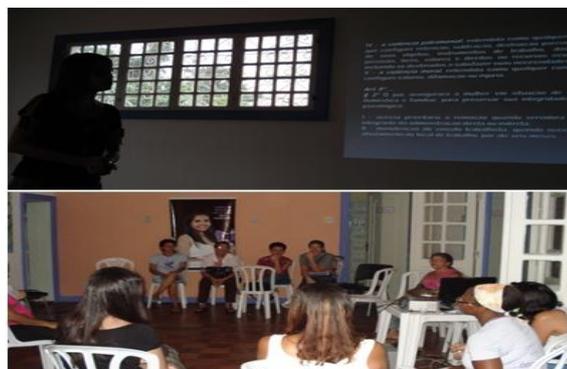
As fotografias encontradas no arquivo explicitam como as atividades dinamizadas contribuem para a vida das mulheres que já sofreram ou sofrem violência psicológica, física, sexual, moral ou patrimonial.

6.1.1 ATIVIDADES PROMOVIDAS PELO CRMEB

O CRMEB promove atividades internas com o intuito de capacitar e trabalhar a autoestima e autoconfiança de cada usuária, busca informá-las sobre seus direitos e sobre o que é a violência da mulher por meio de palestras, oficinas e teatro. As atividades externas têm como alvo a sociedade, em especial as mulheres e os poderes públicos, atuam por meio de participações em eventos promovidos pela prefeitura, atos públicos pelo fim da violência, participações em audiências na Assembleia Legislativa, etc.

Oficina Lei Maria da Penha, realizada em 2007, com o objetivo de informar as usuárias sobre as prerrogativas da lei e sobre como devem proceder caso esteja em situação de violência.

Foto 09: Oficina sobre a Lei Maria da Penha



Fonte: Acervo do CRMEB, 2007.

Oficina sobre Violência Contra Mulher no curso de Jurista Popular na Fundação Margarida Maria Alves, em 2007.

Foto 10: Oficina no curso de jurista popular



Fonte: Acervo do CRMEB, 2007.

Palestra sobre Violência Contra a Mulher para os funcionários/as da Infraero, realizada em 2007.

Foto 11: Palestra na Infraero



Fonte: Acervo do CRMEB, 2007.

Reunião com as mulheres na comunidade do bairro Cruz das Armas teve como tema a Violência Contra as Mulheres, realizada em 2008.

Foto 12: Reunião externa em uma comunidade no bairro de Cruz das Armas



Fonte: Acervo do CRMEB, 2008.

Oficina no CRMEB sobre Violência Contra a Mulher, realizada em 2009, com o intuito de levar os esclarecimentos sobre os tipos de violência por meio de dinâmicas e atividades em grupo.

Foto 13: Oficina sobre Violência Contra a Mulher com as usuárias



Fonte: Acervo do CRMEB, 2009.

Usuária Maria Tavares que foi alfabetizada no CRMEB, em 2009. Recebeu uma plaquinha em sua homenagem, que conta um resumo da sua história.

Foto 14: Aula de alfabetização de usuária



Fonte: Acervo do CRMEB, 2009.

Evento de comemoração do aniversário de 3 anos de inauguração/implantação CRMEB, realizado em 2010.

Foto 15: Aniversário de 3 anos do CRMEB



Fonte: Acervo do CRMEB, 2010.

Ato público pelo fim da violência contra a mulher, teve a participação das famílias das vítimas de feminicídio, em 2011.

Foto 16: Ato público pelo fim da violência contra mulher



Fonte: Acervo do CRMEB, 2011.

Feira de mulheres artesãs, em 2011. O CRMEB atua no desenvolvimento de ações que contribuam para independência financeira das usuárias.

Foto 17: Feira de Mulheres Artesãs



Fonte: Acervo do CRMEB, 2011.

Mobilização realizada em 2011, Mulheres em Marcha Pelo Fim da Violência, ato público percorreu as ruas do centro de João Pessoa .

Foto 18: Mulheres em Marcha Pelo Fim da Violência



Fonte: Acervo do CRMEB, 2011.

Intervenção na CBTU em 2011, a equipe do CRMEB promoveu teatro, música e panfletagem sobre o enfrentamento a Violência contra a mulher.

Foto 19: Ação de panfletagem na CBTU



Fonte: Acervo do CRMEB, 2011.

Participação da Liliane de Oliveira coordenadora do CRMEB na semana acadêmica do curso de Arquivologia da UFPB em 2012.

Foto 20: Semana Acadêmica de Arquivologia na UFPB



Fonte: Acervo do CRMEB, 2012.

Participação da coordenadora Liliane de Oliveira na entrevista da rádio CBN sobre o enfrentamento a violência contra mulheres. em 2012.

Foto 21: Entrevista na CBN



Fonte: Acervo do CRMEB, 2012.

Sessão especial na Assembleia Legislativa tendo como tema de debate o enfrentamento da Violência Contra Mulher, realizada no ano de 2012.

Foto 22: Sessão Especial na Assembleia Legislativa



Fonte: Acervo do CRMEB, 2012.

Oficinas de beleza (corte de cabelo e maquiagem), artesanato e vivência, todas promovidas com CRMEB em 2013.

Foto 23: Oficinas de beleza, artesanato e vivência



Fonte: Acervo do CRMEB, 2013.

Visita dos promotores de justiça ao Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra, em 2013.

Foto 24: Visita dos Promotores de Justiça



Fonte: Acervo do CRMEB, 2013.

Assinatura do prefeito Luciano Cartaxo da lei 11.891 de 11 de fevereiro de 2000, lei da cirurgia reparadora, em 2013. A Prefeitura Municipal de João Pessoa busca reverter os sofrimentos das mulheres que ficaram com cicatrizes devido a violência sofrida, a criação dessa lei permite que a vítima faça todos os procedimentos e as cirurgias reparadoras na rede de saúde pública. O hospital que executa esse tipo de cirurgia em João Pessoa é o hospital Santa Isabel.¹⁴

¹⁴ Fonte: <http://www.compromissoeatitude.org.br/prefeitura-de-joao-pessoa-disponibiliza-cirurgias-reparadoras-para-mulheres-vitimas-de-violencia-pmjp-16082014/>.

Foto 25: Assinatura da Lei Reparadora



Fonte: Acervo do CRMEB, 2013.

Aula de Yoga na praia com as usuárias do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra, em 2013.

Foto 26: Aula de Yoga na praia



Fonte: Acervo do CRMEB, 2013.

Participação do CRMEB no curso de capacitação dos guardas municipais com palestra e teatro, abordando o tema da violência contra a mulher, em 2013.

Foto 27: Participação do curso de Capacitação da Guarda Municipal



Fonte: Acervo do CRMEB, 2013.

Participação do CRMEB no Seminário sobre Violência Contra Mulher no auditório do Ministério Público, em 2013.

Foto 28: Seminário sobre Violência Contra Mulher



Fonte: Acervo do CRMEB, 2013.

Feira de Mulheres Empreendedoras realizada na praça do Ponto Cem Reis, em 2013.

Foto 29: Feira de Mulheres Empreendedoras



Fonte: Acervo do CRMEB, 2013.

Lançamento do Sistema Atende Mulher, uma plataforma que informatiza os dados relacionados aos atendimentos das usuárias do CRMEB, o pré-lançamento ocorreu em 2013 e o lançamento do sistema em 2014. O Sistema foi implantado por meio do projeto Informação e Violência contra as Mulheres. Probex/UFPB, coordenado pela profa. Dra. Gisele Rocha Côrtes.

Foto 30: Lançamento do Sistema Atende Mulher



Fonte: Acervo do CRMEB, 2014.

Atividade Siga Bem Mulher, em 2014. O Siga Bem Mulher é um programa do governo federal, parceria da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Mercedes Bens e ONU Mulher. Tem como objetivo principal levar informações sobre a violência contra as mulheres para os caminhoneiros.

Foto 31: Siga Bem Mulher



Fonte: Acervo do CRMEB, 2014.

Participação do CRMEB no Curso de Capacitação para Defensores Públicos no atendimento de mulheres vítimas de violência, em 2014.

Foto 32: Curso de Capacitação para Defensores Públicos



Fonte: Acervo do CRMEB, 2014.

Foi possível observar após a organização das fotografias que o ano referente a 2013, possui a maior quantidade de pastas e fotografias no acervo.

O CRMEB promove campanhas importantes para o enfrentamento da violência contra a mulher, tendo como público alvo toda a sociedade, com o intuito de visibilidade das leis e serviços públicos específicos para as mulheres.

Campanha de combate a violência contra a mulher "4 anos reescrevendo novas histórias", lançada em 2011.

Foto 33: Campanha "4 anos reescrevendo novas histórias"



Fonte: Acervo do CRMEB, 2011.

Campanha pela Paz, ocorrida em 2014 na semana de comemoração ao dia 8 de março (Dia Internacional da Mulher). Este ato público teve o objetivo das mulheres reivindicar o fim da violência, pedir por respeito, paz e igualdade.

Foto 34: Campanha pela Paz



Fonte: Acervo do CRMEB, 2014.

Campanha JP Sem Machismo, essa campanha ocorreu em 2014, no intuito de reivindicar pelo respeito e igualdade de gênero.

Foto 35: Campanha JP Sem Machismo



Fonte: Acervo do CRMEB, 2014.

Campanha Carnaval Brinque na Paz, parceria do CRMEB com a Prefeitura Municipal de João Pessoa, em 2014.

Foto 36: Campanha Carnaval Brinque na Paz



Fonte: Acervo do CRMEB, 2014.

Campanha Arrasta pé com Respeito, promovida durante os eventos de comemoração do São João, em 2014.

Foto 37: Campanha Arrasta Pé Com Respeito



Fonte: Acervo do CRMEB, 2014.

Esses são alguns registros de fotografias de campanhas lançadas pelo CRMEB encontradas no acervo fotográfico. As campanhas objetivam combater a violência contra as mulheres e tem como público alvo a sociedade como um todo, e em especial às mulheres, para que informações importantes como a Lei Maria da Penha e os serviços públicos específicos as mulheres cheguem ao conhecimento das mesmas.

6.1.2 ORGANIZAÇÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO

A organização dessas fotografias proporcionou um melhor controle da massa documental, tornando-se necessário para que haja um acesso satisfatório para a gestão, para as usuárias do centro e para pesquisadores/as do assunto.

Após reunir todas as fotografias e direcioná-las em pastas, foi possível identificar 3.145 fotografias existentes no arquivo. As pastas foram nomeadas com o ano e dentro delas foram criadas pastas com nomes de cada assunto ou evento ocorrido naquele determinado ano. As fotografias, em seguida, foram encaminhadas para sua respectiva pasta, exemplificado a seguir:

Imagem 01: Organização das fotografias



Fonte: Dados da pesquisa, 2015

Como foi dito anteriormente, por meio da organização do acervo é possível identificar a quantidade da massa documental existente no arquivo e com isso manter o controle da chegada e tramitação dos documentos e conhecer a história do CRMEB por meio dos registros fotográficos.

A tabela abaixo mostra a quantidade de pastas existentes por ano após a identificação do evento e/ou assunto de cada fotografia. Foram formadas 120 pastas distribuídas no período dos anos 2007 a 2014.

Tabela 02: Total de pastas e fotografias existentes por ano

| ANO OU NOME | TOTAL DE PASTAS | TOTAL DE FOTOGRAFIAS |
|--------------------|------------------------|-----------------------------|
| 2007 | 05 | 140 |
| 2008 | 01 | 01 |
| 2009 | 04 | 126 |
| 2010 | 02 | 41 |
| 2011 | 12 | 503 |
| 2012 | 14 | 371 |

| | | |
|----------------------|------------|--------------|
| 2013 | 52 | 1.425 |
| 2014 | 28 | 371 |
| EDNALVA BEZERRA | 01 | 159 |
| VÍTIMAS E AGRESSORES | 01 | 08 |
| TOTAL | 120 | 3.145 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Na tabela é possível visualizar duas pastas que não estão enquadradas em nenhum ano: são as pastas identificadas por Ednalva Bezerra e Vítimas e Agressores, o conteúdo dessas pastas são referentes ao mesmo assunto, mas as fotografias são de anos distintos.

Os resultados apresentados foram construídos durante a pesquisa e a organização das fotografias proporcionou acessar as informações exibidas na tabela e no apêndice A (em anexo).

O acervo organizado proporciona uma visão geral da massa documental para a gestão, e usuárias e acesso eficiente e rápido as fotografias. Por meio desse processo de organização do acervo foi possível conhecer a história do CRMEB, as ações desenvolvidas com as mulheres que vivem ou viveram em situação de violência e, resgatar a importância das mobilizações, ações de muitas mulheres que reivindicaram, lutaram e lutam para que o poder público assuma o compromisso com a violência contra as mulheres, visando uma sociedade com cidadania e inclusão social das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o arquivo de uma instituição é o local onde se concentra maior parte das informações, sejam elas administrativas, culturais e/ou históricas. É possível encontrar diversas tipologias documentais e em diversos suportes tais como fotografias, teses, CD's, DVD's, discos, jornais, entre outros. Cada tipo de documento necessita de tratamentos e técnicas de manuseios específicos para que não haja danificações e nem perdas de informações.

Um acervo formado por fotografias, contribui para a preservação da memória e mostra ao usuário/a a história da trajetória da instituição, por meio de recortes do passado que estão registrados nas fotos, as quais ilustram com riqueza de detalhes os trabalhos desenvolvidos, os acontecimentos importantes e principalmente a influência da instituição na sociedade em que atua. Diante disso, é essencial que o acervo fotográfico receba todos os procedimentos necessários para que haja a conservação/preservação, uma vez que as fotos têm papel importante na construção da memória institucional.

O arquivo fotográfico possui um valor inquestionável para a instituição e é de suma importância para a divulgação da história, missão e valores que foram construídos e/ou modificados ao longo dos anos. As imagens contribuem para que os indivíduos recordem acontecimentos, emoções, sonhos, conquistas do passado, como também possam por meio desse item compreender e atuar perante os fenômenos sociais.

A organização do acervo fotográfico do CRMEB contribui para a preservação/conservação das fotos, controle da massa documental, então o acesso será mais eficaz e facilitará a recuperação das informações, tornando possível divulgar as fotografias com informações importantes como o ano e evento referente a imagem registrada.

Após a execução da pesquisa e da organização do acervo, as fotografias foram entregues ao CRMEB em um DVD, objetivando que o acesso as mesmas seja mais rápido, eficiente e que atenda as necessidades informacionais das gestoras, pesquisadoras e usuárias do órgão.

Desta forma, almeja-se que o presente trabalho contribua para articular a Arquivologia com estudos a respeito da Violência contra as Mulheres. Por meio do processo de organização que foi inicializado no acervo iconográfico possa ter continuidade, sugerimos que seja realizada a descrição das coleções fotográficas, visando contribuir para que o trabalho da

equipe técnica seja realizado de forma mais rápida e eficiente, como também para que novas pesquisas sejam desenvolvidas.

E em especial, com este breve resgate da memória do órgão objetiva-se colaborar para publicizar as resistências de muitas mulheres que com coragem, superando o medo, a vergonha e diversos preconceitos procuram o CRMEB para ter o direito de viver sem violência.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. **Os caminhos do documento fotográfico e suas representações**. Revista online do Grupo Pesquisa e Estudos em Cinema e Literatura, In: Baleia na Rede, Vol. 1, nº 5, Ano V, Nov/2008.

ABATH Rachel Joffily; IRELAND Timothy D. **OS GRUPOS DE MULHERES NO ESTADO DA PARAÍBA NA CONJUNTURA DE NOVOS ESPAÇOS: um estudo de caso**. 1999. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/426>. Acesso em: 15 de dezembro de 2014.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Tradução de Manuel Adolfo Wanderley. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2 ed., 1973.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

AZEVEDO NETTO, C. X. ; LOUREIRO, M. L. N. M. ; LOUREIRO, J. M. M. . Rumor dos objetos. In: XIII ENANCIB - GT 10 - **INFORMAÇÃO E MEMÓRIA**, 2013, Florianópolis. ANAIS DO XIII ENANCIB. Florianópolis: Editora UFSC, 2013. v. 1. p. 10.

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. **Gestão documental aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saes/GESTAO_DOCUMENTAL_APLICADA_Ieda.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

BORSARI, Letícia Cremasco; CASSAB, Latif Antonia. **ONGs: o enfrentamento à violência contra a mulher**. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. GT2. Gênero e movimentos sociais. Londrina. 2010.

BARROS, Kelly Cristiane; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. **MEMÓRIA FOTOGRÁFICA E REDE HUMANA DE RELAÇÕES: estudo sobre redes de sociabilidade no arquivo fotográfico de José Simeão Leal**. XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XIII ENANCIB. GT10: Informação e Memória; 2012, p.7.

BARROS, Dirlene Santos; NEVES, Dulce Amélia de Brito. Arquivo e Memória: uma relação indissociável. *TranInformação*, Campinas, v.1, n.1, p, 55-60, jan/abr., 2009.

BRASIL. **Termo de Referência Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres**. SPM - Secretária Especial de Política para as Mulheres. Brasília. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/ouvidoria-da-mulher/pacto-nacional/tr-enfrentamento-da-violencia-contra-a-mulher.pdf>> Acesso em: 17 novembro 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm>. Acesso em: 07 outubro. 2015.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Brasília, DF, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm. Acesso em: 25 jul. 2015.

_____. **Lei n.11.340/06 de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 29 jul. 2015.

_____. **Secretaria de Políticas para as mulheres**. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/violencia/o-que-e-centro-de-referencia-de-atendimento-a-mulher-em-situacao-de-violencia> - Acesso: 03/05/2015

BRASCHER, Marisa. CAFÉ, Lígia. **Organização da Informação ou Organização do Conhecimento?. IX ENANCIB**. SÃO Paulo, 2008.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 13 ed. São Paulo: Ática. 2005.

CHAGAS, Eva Cristina das; CIA, P. B. Lopes &. **DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS: A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA PESSOAL E INSTITUCIONAL DO PIONEIRO JOSÉ LOPEZ LOPEZ E FAMÍLIA**. In: III Encontro Nacional de Estudo da Imagem. Londrina. 2011, p. 1152.

COSTA, Ana Alice A. **“O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política”**. Gênero, v. 5, n. 2, p. 2, 2005.

_____, Ana Alice Alcântara; SANDEMBERG, Cecília Maria B. **O FEMINISMO NO BRASIL: reflexões teóricas e perspectivas**. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Bahia: 2007, p. 29.

CÔRTEZ, Gisele Rocha. **Violência doméstica: centro de referência da mulher “Heleieth Saffioti”**. Estud. sociol., Araraquara, v.17, n.32, p.157, 2012

_____. G. R.; ALVES, E. C.; SILVA, L. K. R. Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando a informação estatística no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 16., 2015. João Pessoa. Anais... João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2015.

CONARQ **Conselho De Arquivos**. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=100&sid=52>. Acesso em: 11 de janeiro de 2015.

CUNHANFEMINISTA. Disponível em: <http://cunhanfeminista.org.br/>. Acesso em: 25 de novembro de 2014.

DODEBEI, Vera; ORRICO, Evelyn. Comunicação Oral. In: ENANCIB, XII, 2011, Brasília. **Memória e Informação: construindo o campo teórico-metodológico de conhecimentos**. Toulouse, p. 3130-3143, 2011.

FERREIRA, Aline de Aléssio. **ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO TÉCNICO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO CENTRO DE REFERÊNCIA PARA PESQUISA HISTÓRICA EM EDUCAÇÃO.** Revista de Iniciação Científica da FFC, v.4, n.1, 2004.

FILIPPI, Patrícia de; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Como tratar coleções de fotografias.** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FERRAREZI, Ludimila. ROMÃO, Lucília Maria Souza. **Arquivo, Documento e Memória na Concepção Discursiva.** Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. 24, p. 152-171, 2º sem.2007, p.154.

FONTANELLI, Silvana Aparecida. **Centro de memória e ciência da informação: uma interação necessária.** 2005. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://rabci.org/rabci/sites/default/files/Fontanelli-Memoria.pdf>. Acesso em: 02 dezembro 2014.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS.** Revista Estudos Feministas. Florianópolis: 2004, p.51-59.

Fórum de ONGs Brasileiras preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Meio Ambiente e Desenvolvimento - **Uma Visão das ONGs e dos Movimentos Sociais Brasileiros.** Rio de Janeiro, Fórum de ONGs brasileiras, 1992.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HACKING, Juliet. **Tudo sobre fotografia.** Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2012.

IBRAHIM, Carla. **As retratistas de uma época: fotografias de São Paulo na primeira metade do século XX.** Campinas, 2005, p.27.

KOZAK, Schariane Gaiatto; STODUTO, Renata Domingues. **Resgate de Memória: as Fotógrafas que Exerceram a Fotografia-Expressão no Rio Grande do Sul nas Décadas de 1980 e 1990.** Porto Alegre - SC, p. 6, 2014.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & historia.** São Paulo: Ateliê, 1989.

LEGOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas, Editora UNICAMP,2003.

LIMA, S. M. B. ; AZEVEDO NETTO, C. X. . **A informação fotográfica como memória cultural da comunidade do Vale do Gramame-PB.** In: Conferência sobre Tecnologia Cultura e Memória, 2013, Recife. Anais da Conferência sobre Tecnologia Cultura e Memória. Recife: Laboratório LIBER, 2013. v. 01. p. .

LOUSADA, Mariana. **A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para a construção da memória.** Brasília,v. 5, n. 2, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** Editora Vozes. 6º edição. Petrópolis: 2003, p. 22.

MARCONDES, Marli. **Conservação e preservação de coleções fotográficas**. Recife, p. 1, 2011.

MARQUES, Otacílio Guedes. **Informação histórica: recuperação e divulgação da memória do poder judiciário brasileiro**. In: MANINI, Miriam Paula; MARQUES, Otacílio Guedes; MUNIZ, Nancy Campos (Orgs.). **Imagem, memória e informação**. Brasília: Ícone, 2010, p.114.

MASSONETTO, Beatriz; ESTEVES; Edria; FERREIRA, Elis; CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. **Uma mudança do olhar em favor do patrimônio**. Santos, p. 78-92, 2012.

MANINI, Daniela. **A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil anos 70 e 80**. Cadernos AEL. Campinas 45-67, 1995/1996.

MONTEIRO, Rosana Horio. PRISCILA BARBOSA DA SILVA (1910-2006): **UMA PIONEIRA DA FOTOGRAFIA EM GOIÂNIA (GO)**. II Encontro Nacional de Estudos da Imagem. Londrina: 2009, p.611.

MORENO, Nadina; LOPES, Maria; CHIARA, Ivone. **A contribuição da preservação de documentos e a (re) construção da memória**. João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 3-11, 2011.

MORAES, Aparecida F.; SORJ, Bila. **Os Paradoxos da expansão dos direitos das mulheres no Brasil**. In: Moraes, Aparecida F.; Sorj, Bila. (Org.). **Gênero, Violência e Direitos na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, v. , p. 14.

MOSSIARO, Clara. **Diagnóstico de Conservação em Coleções Fotográficas**. FUNART. Caderno técnico nº6, 2010.

MUSTARDO, Meter; KENNEDY, Nora. **Preservação de fotografias: métodos básicos de salvaguardar suas coleções**. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. (Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: 39)

LEI. **Maria Da Penha**. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/prefeitura-de-joao-pessoa-disponibiliza-cirurgias-reparadoras-para-mulheres-vitimas-de-violencia-pmjp-16082014/> - Acesso em 22 de novembro de 2015

OLIVEIRA, Mario Mendonça de. **A documentação como ferramenta de preservação da memória**. Brasília: IPHAN, 2008.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 3 ed., 2004, p. 147-154.

PAVEZI, Neiva. **ARQUIVO FOTOGRÁFICO: UMA FACETA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA UFSM**. Dissertação de Mestrado. Santa Maria, Rio Grande do Sul. 2010, p.41.

PATRÍCIO, Daniela Silva. **GÊNERO E TRABALHO: AS NOVAS FORMAS DE (RE)INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO**. Revista

Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona ISSN: 1138-9796. Depósito Legal: B. 21.742-98, Vol. VII, nº 416, 15 de dezembro de 2002.

PEREIRA, Claudia Nolasco de Abreu. **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E MÍDIA: Um estudo sobre a influência da mídia nas violências cometidas as mulheres do município de Macaé/RJ.** Rio das Ostras, 2011.

PINTO, C. R. J. **Feminismo, História e Poder.** Revista em Sociologia e Política. Curitiba, v. 18, n. 36, 2009, p. 15-23.

PINHEIRO, Luana. SOARES, Vera. **BRASIL Retrato DAS DESIGUALDADES GÊNERO RAÇA.** IPEA; UNIFEM. 2011.

PREFEITURA. **Municipal de João Pessoa.** Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/seppm/centro-de-referencia-da-mulher/> - Acesso em: 04 de fevereiro de 2015.

PORTAL. **Governo do Estado do Espírito Santo.** Disponível em: http://www.es.gov.br/Cidadao/paginas/mulher_delegacia_direitos.aspx - Acesso em: 04/05/2015.

RIBEIRO, Mônica. **Movimento feminista na fonte dos centros de combate à contra mulheres.** Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Pública. GT2. Gênero e movimentos sociais. Londrina. 2010.

ROUSSEAU, J. I.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Lisboa: Dom Quixote, 1998, p.34.

ROSÁRIO, Cláudia Cerqueira do. **O lugar mítico da memória.** Revista Eletrônica em Ciências Humanas Morpheus. Rio de Janeiro, ano 01, número 01, 2002. Disponível em: <http://www.unirio.br/morpheusonline/Numero01-2000/claudiarosario.htm>. Acesso em 02 de dezembro de 2014.

SENAC. DN. **Técnicas de arquivo e protocolo.** Rio de Janeiro: editora Senac Nacional, 1998. p. 96.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Sociedade, Porto Alegre, v. 16, p. 5-22, 1990.

SILVA, Gabriela de Mello. **O papel da memória institucional e da responsabilidade histórica na construção da imagem corporativa.** Pelotas, p. 4, 2008.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. **FEMINISMO RADICAL - PENSAMENTO E MOVIMENTO.** Revista Radical, vol.2, nº3, p.1, 2008.

SILVA, Lucimeiry Batista da; SILVA, Walmir Rufino da. **Abordagens Feministas em Estudos Organizacionais e o Movimento de Mulheres na Paraíba.** VI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, Florianópolis, p. 6, 2010.

SILVEIRA, L. P. **Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência.** In: DINIZ, S. G.; SILVEIRA, P. L.; MIRIN, L. A. L. (Orgs.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher: alcances e limites.** São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006, p. 45-197.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Sociedade, Porto Alegre, v. 16, p. 5-22, 1990.

VIEIRA, Sebastiana Batista. **Técnicas de Arquivos e Controle de Documentos.** Rio de Janeiro: Temas e Ideias, 2005.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **MAPA DA VIOLÊNCIA 2015 HOMICÍDIO DE MULHERES NO BRASIL.** Flacso Brasil. 1º Edição. Brasília: 2015 p.11-23.

SUÁREZ, M. **Gênero: uma palavra para desconstruir ideias e um conceito empírico e analítico.** In: I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil. *Gênero no mundo do trabalho.* Brasília: [s.n.], 2000.

SCHAPOCHNIK, Nelson. **Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade.** In: História da vida privada no Brasil. v. 3 (República: da Belle Époque à era do rádio). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. **Feminismo radical – pensamento e movimento.** Revista Travessias –Educação, Cultura, Linguagem e Arte, v. 2, n. 3, 2008. Disponível em:<<http://www.unioeste.br/travessias>>Acesso em: 14 agosto 2015

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de Melo. **O que é Violência contra a Mulher.** 1º edição. São Paulo: Brasiliense, 2003.

TRIBUNAL. **Superior Eleitoral – Tribunal Superior Eleitoral.** Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Marco/ha-80-anos-mulheres-conquistaram-o-direito-de-votar-e-ser-votadas%20-%20Acesso%20em%3A%2017de%20dezembro%20de%202014>.

YIN, Robert K. **Estudo de Casos: Planejamento e Métodos.** São Paulo: Editora Bookman, 2005, p.23.

10 anos da adoção da Convenção Interamericana para Prevenir, **Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher,** Convenção de Belém do Pará / Agende Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento – Brasília: AGENDE, 2004. Disponível em: <<http://artemis.org.br/wp-content/uploads/2013/11/revista-Convencao-Belem-do-Para.pdf>> Acessado em: 18 novembro 2015.

APÊNDICE A - LISTA DA QUANTIDADE DE FOTOGRAFIAS

| <u>ANO 2007</u> | |
|--|--|
| <u>TEMA DAS PASTAS</u> | <u>QUANTIDADE DE FOTOS POR PASTAS</u> |
| INAUGURAÇÃO DO CRM | 76 FOTOS |
| OFICINA NO CURSO DE JURISTA POPULAR - FUNDAÇÃO MARGARIDA MARIA ALVES | 21 FOTOS |
| OFICINA SOBRE A LEI MARIA DA PENHA | 8 FOTOS |
| PALESTRA NA INFRAERO | 17 FOTOS |
| TORNEIO DE FUTSAL | 18 FOTOS |
| TOTAL DE PASTAS: 5 | TOTAL DE FOTOS:140 |
| <u>ANO 2008</u> | |
| REUNIÃO COM MULHERES NA COMUNIDADE | 1 FOTO |
| TOTAL DE PASTAS: 1 | TOTAL DE FOTOS: 1 |
| <u>ANO 2009</u> | |
| CONFRATERNIZAÇÃO | 80 FOTOS |
| OFICINA SOBRE VIOLÊNCIA COM AS USUARIAS_VILMA | 24 FOTOS |
| REINAUGURAÇÃO DO CRM_AFONSO CAMPOS | 11 FOTOS |
| USUARIA MARIA TAVARES_ALUNA DE ALFABETIZAÇÃO | 11 FOTOS |
| TOTAL DE PASTAS: 4 | TOTAL DE FOTOS: 126 |
| <u>ANO 2010</u> | |

| | |
|---|----------------------------|
| ANIVERSÁRIO DE 3 ANOS DO CRM | 7 FOTOS |
| PLANEJAMENTO AMAZONA | 34 FOTOS |
| TOTAL DE PASTAS: 2 | TOTAL DE FOTOS: 41 |
| <u>ANO 2011</u> | |
| ATO PÚBLICO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER | 50 FOTOS |
| CONFERÊNCIA COM A MINISTRA LUIZA BARROS | 2 FOTOS |
| CONFRATERNIZAÇÃO DO CRM | 115 FOTOS |
| ENTREGA DE CERTIFICADOS | 48 FOTOS |
| EQUIPE SECRETARIA CRM | 47 FOTOS |
| FEIRA DE MULHERES | 13 FOTOS |
| HYSTERIA | 1 FOTO |
| MULHERES EM MARCHA PELO FIM DA VIOLÊNCIA | 74 FOTOS |
| OFICINA DE FOTOGRAFIAS | 68 FOTOS |
| PANFLETAGEM NA CBTU | 66 FOTOS |
| PRESÍDIO FEMININO | 7 FOTOS |
| XVI FÓRUM INTERPROFISSIONAL SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER E ABORTO | 10 FOTOS |
| <i>LANÇAMENTO DA CAMPANHA</i> | FOTO* |
| <i>PROTESTO EM DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES</i> | FOTO* |
| TOTAL DE PASTAS: 12 | TOTAL DE FOTOS: 503 |
| *FOTOS FORA DAS PASTAS: 2 | |
| <u>ANO 2012</u> | |

| | |
|--|----------------------------|
| 9 ENCONTRO ESTADUAL DE PROSTITUTAS | 8 FOTOS |
| ANIVERSÁRIO DE 5 ANOS DE CRM | 26 FOTOS |
| AULA DE YOGA_CONFRATERNIZAÇÃO FINAL DE ANO_BICA | 26 FOTOS |
| ENTREVISTA NA CBN | 6 FOTOS |
| FACHADA CRM | 5 FOTOS |
| GRITO DOS EXCLUÍDOS | 19 FOTOS |
| INAUGURAÇÃO CRM | 44 FOTOS |
| PARTICIPAÇÃO DA SEMANA ACADÊMICA DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA_UFPB | 6 FOTOS |
| REUNIÃO DO PROTÓTIPO ATENDE MULHER | 3 FOTOS |
| SÃO JOÃO DO CRM | 205 FOTOS |
| SESSÃO ESPECIAL NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA | 4 FOTOS |
| USF RANGEL_ATIVIDADE EXTERNA | 5 FOTOS |
| VISITA DA CPMI DO CASO QUEIMADAS | 4 FOTOS |
| VISITA DA SENADORA ANA RITA AO CRM | 8 FOTOS |
| <i>OFICINA DE ARTESANATO</i> | FOTO* |
| <i>PROTESTO EM FRENTE A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA</i> | FOTO* |
| TOTAL DE PASTAS: 14 *FOTOS FORA DAS PASTAS: 2 | TOTAL DE FOTOS: 371 |
| <u>ANO 2013</u> | |
| AÇÃO NA CICLO FAIXA | 26 FOTOS |

| | |
|--|-----------------|
| ANIVERSÁRIO DE MARIA MARGARIDA ALVES_ALAGOA GRANDE | 4 FOTOS |
| APRESENTAÇÃO SOBRE CONTRA MULHER_BETÂNIA | 13 FOTOS |
| ARTE EDUCADORA NA BRIQUEDOTECA | 4 FOTOS |
| ASSINATURA DA LEI DA CIRURGIA REPARADORA | 3 FOTOS |
| ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO MÁRIO ANDREAZA | 46 FOTOS |
| ATENDE MULHER | 4 FOTOS |
| ATIVIDADE EXTERNA NO BAIRRO VALENTINA | 7 FOTOS |
| ATIVIDADE EXTERNA NO BAIRRO COLINAS DO SUL | 7 FOTOS |
| ATIVIDADE NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO | 37 FOTOS |
| ATIVIDADE COM GRUPO DE IDOSOS | 29 FOTOS |
| AUDIÊNCIA NA CPMI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA | 27 FOTOS |
| AUDIÊNCIA NA 5ª VARA | 3 FOTOS |
| AULA DE MASSAGEM | 10 FOTOS |
| AULA DE YOGA NA PRAIA | 71 FOTOS |
| AVALIAÇÃO DO CRM | 2 FOTOS |
| CAPACITAÇÃO COM A GUARDA MUNICIPAL NO SECAPRO | 10 FOTOS |
| CINE NO BECO | 23 FOTOS |
| COMEMORAÇÃO DOS 6 ANOS DO CRM | 90 FOTOS |
| COMPROMISSO E ATITUDE_SESSÃO NA CÂMARA | 43 FOTOS |

| | |
|--|------------------|
| CONFRATERNIZAÇÃO COM AS USUÁRIAS EM TABATINGA | 51 FOTOS |
| CORTE DE CABELO NO CRM | 13 FOTOS |
| ENCONTRO DAS SECRETÁRIAS DA PMJP | 33 FOTOS |
| EQUILÍBRIO DO SER | 6 FOTOS |
| EQUIPE CRMEB | 28 FOTOS |
| FEIRA DE SERVIÇOS NO PONTO CEM REÍS | 24 FOTOS |
| FEIRA DE MULHERES EMPREENDEDORAS | 23 FOTOS |
| FESTA JUNINA COM AS USUÁRIAS | 3 FOTOS |
| FILHOS DE USUÁRIAS | 7 FOTOS |
| FOTOS JOGOS DOS SERVIDORES | 253 FOTOS |
| FOTOS DO PLANEJAMENTO | 18 FOTOS |
| INTERVENÇÃO NA CBTU | 5 FOTOS |
| IV SEMINÁRIO DE CULTURA E ESTÍMULO A PAZ_SAÚDE DA MULHER | 22 FOTOS |
| JUSTIÇA EM SEU BAIRRO_FUNDAÇÃO BRADESCO | 14 FOTOS |
| OFICINA DE VIVÊNCIA | 16 FOTOS |
| OFICINA DE BELEZA | 11 FOTOS |
| PALESTRA NO AUDITÓRIO DA UFPB PARA GUARDA MUNICIPAL | 25 FOTOS |
| PRÊMIO DIPLOMA COMENDA MARGARIDA MARIA | 23 FOTOS |
| REUNIÃO COM AS USUÁRIAS PARA APRESENTAÇÃO DO EMPREENDER MULHER | 9 FOTOS |
| REUNIÃO DE PLANEJAMENTO COM A SECRETARIA DE MULHERES | 3 FOTOS |
| REUNIÃO COM REPRESENTANTES DO PT | 10 FOTOS |

| | |
|--|-----------------------------|
| I SEMINÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DA MULHER | 20 FOTOS |
| SEMINÁRIO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO MINISTÉRIO PÚBLICO | 4 FOTOS |
| TREINO DE FUTSAL | 35 FOTOS |
| USF ALTO DO MATEUS | 6 FOTOS |
| USF MANGABEIRA | 80 FOTOS |
| USF RANGEL | 5 FOTOS |
| USUÁRIA CAROLINA | 23 FOTOS |
| VIAGEM A PERNAMBUCO COM AS MULHERES ARTESÃS | 145 FOTOS |
| VISIBILIDADE LÉSBICA_ RELICÁRIO | 19 FOTOS |
| VISITA DOS PROMOTORES AO CRM | 26 FOTOS |
| VISITA INSTITUCIONAL | 2 FOTOS |
| <i>JURI POPULAR DO CASO ARIANE TAÍS</i> | FOTO* |
| <i>JUSTIÇA NO SEU BAIRRO_ JOSÉ AMÉRICO</i> | FOTO* |
| <i>VISITA DA CANTORA KATIA DE FRANÇA AO CRM</i> | FOTO* |
| TOTAL DE PASTAS: 52 *FOTOS FORA DAS PASTAS: 3 | TOTAL DE FOTOS:1.425 |
| <u>ANO 2014</u> | |
| 7 ANOS DE CRMEB | 2 FOTOS |
| 8 DE MARÇO | 75 FOTOS |
| ANIVERSÁRIO DA FUNCIONÁRIA BETÂNIA | 11 FOTOS |
| ANIVERSÁRIO DO FUNCIONÁRIO RAMOS | 4 FOTOS |
| APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DO CRM NA FACENE | 7 FOTOS |

| | |
|---|-----------------|
| APRESENTAÇÃO DE BETÂNIA SOBRE VIOLÊNCIA DA MULHER | 5 FOTOS |
| ATIVIDADE SIGA BEM MULHER | 14 FOTOS |
| AULA DE YOGA | 8 FOTOS |
| CAMINHADA PELA PAZ | 5 FOTOS |
| CAMPANHA JP SEM MACHISMO | 11 FOTOS |
| CARNAVAL | 50 FOTOS |
| CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA DEFENSORES PÚBLICOS | 4 FOTOS |
| EQUIPE CRMEB | 6 FOTOS |
| EVENTO EXTERNO NA PRAÇA DA AMIZADE NO RANGEL | 9 FOTOS |
| II FÓRUM DE COMBATE A DISCRIMINAÇÃO_VIOLENCIA CONTRA A MULHER | 2 FOTOS |
| JOGO DE FUTSAL DAS MULHERES | 34 FOTOS |
| LANÇAMENTO DO SISTEMA ATENDE MULHER | 16 FOTOS |
| MÃES PELA IGUALDADE | 2 FOTOS |
| MARGARIDA TIMBÓ | 28 FOTOS |
| OFICINA DE ARTES | 7 FOTOS |
| OFICINA DE MAQUIAGEM | 4 FOTOS |
| PASSEIO CICLISTICO | 9 FOTOS |
| PLANEJAMENTO DA SECRETARIA DE MULHERES | 10 FOTOS |
| POSSE DA SECRETÁRIA GIUCÉLIA FIGUEIREDO | 9 FOTOS |
| REUNIÃO COM REPRESENTANTES DA BIRD | 12 FOTOS |

| | |
|---|----------------------------|
| REUNIÃO COM USUÁRIAS | 11 FOTOS |
| SEMINÁRIO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER | 5 FOTOS |
| USUÁRIAS HOMENAGEADAS_PLAQUINHAS DAS SALAS | 6 FOTOS |
| <i>ARRASTA PÉ COM RESPEITO A MULHER</i> | FOTO* |
| <i>ATIVIDADE NA UFPB COM LOURDES BANDEIRA_SECRETARIA DE MULHERES</i> | FOTO* |
| <i>CAMPANHA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER</i> | FOTO* |
| <i>VISITA AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA A PRESIDENTE FÁTIMA BEZERRA</i> | FOTO* |
| <i>VISITA DA DEPUTADA FEDERAL ERICA COCAI</i> | FOTO* |
| TOTAL DE PASTAS: 28 *FOTOS FORA DAS PASTAS: 5 | TOTAL DE FOTOS: 371 |
| DIVERSOS | |
| EDNALVA BEZERRA | TOTAL DE FOTOS: 159 |
| VÍTIMAS E AGRESSORES | TOTAL DE FOTOS: 8 |
| TOTAL DE PASTAS: 2 | TOTAL DE FOTOS: 167 |
| TOTAL DE FOTOS: 3.145 TOTAL DE PASTAS:120 FOTOS FORA DAS PASTAS:12 | |

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

TERMO DE COMPROMISSO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada colaboradora,

Prezada colaboradora do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra, esta pesquisa ARQUIVOLOGIA E GÊNERO: Memória do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra: Arquivo Fotográfico, é uma proposta do trabalho de término de conclusão de curso de Arquivologia. Solicitamos sua colaboração e autorização para apresentar os resultados deste estudo, bem como aplicar em revista/ livro científica, na área de Ciência da Informação. Por ocasião de publicação de resultados e em todo processo restante, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntaria e, portanto a senhora não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso descida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Desde já agradecemos sua colaboração.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecida e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e publicação dos resultados.



LILIANE OLIVEIRA
Coord. Centro de Referência da Mulher
Mat.: 18.169-2